

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE DIREITO

**A TEORIA DO NÃO-ESTADO EM MARX, ENGELS E LENIN.**

ACRISIO SOARES MOTA

São Luís

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE DIREITO

**A TEORIA DO NÃO-ESTADO EM MARX, ENGELS E LENIN.**

ACRISIO SOARES MOTA

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Martins

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

São Luís

2002

**Acrisio Soares Mota**

**A teoria do Não-estado em Marx, Engels e Lênin.**

A banca examinadora dos trabalhos de defesa da Monografia de conclusão do Curso, em sessão pública realizada em 26.09.2002, considera o candidato aprovado.

---

Prof. José Antonio Martins (Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Mario Macieira (1º Examinador)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Paulo Roberto Barbosa Santos (2º Examinador)  
Universidade Federal do Maranhão

Ao proletariado, esta classe que constrói o mundo com o seu suor, razão de ser deste estudo.

Ao orientador, Dr. José Martins, sobretudo pela inspiração a respeito do tema.

Ao Dr. Paulo Márcio da Cruz, pelo encorajamento para enfrentar o tema.

À Dra. Zulene, companheira de muitas jornadas, pela sua enorme contribuição em mais esta.

A Lourdes e Larissa, namoradas e companheiras de todas as horas, pelo apoio e incentivo nas mais variadas formas.

O Chanceler Abstêmio

“Eu soube que o Chanceler não bebe  
Não come e não fuma  
E mora em uma casa pequena.  
Mas também soube que os pobres  
Passam fome e morrem na miséria.

Bem melhor seria um Estado em que se dissesse:

O Chanceler está sempre bêbado nas reuniões  
Observando a fumaça de seus cachimbos  
Alguns iletrados mudam as leis  
Pobres não há “.

Bertolt Brecht  
(1933-1938)

## RESUMO

A teoria do Não-Estado, em Marx, Engels e Lênin, foi construída paralelamente, e tendo como base, os processos revolucionários desencadeados pelo proletariado, a partir da década de 1840. Ela identifica que o Estado é um instrumento de opressão de uma classe por outra, contrapondo-se às demais teorias sociais, que explicam e justificavam o Estado como algo acima das classes, com a função de conciliar as mesmas. Com base na análise do processo histórico e nas contradições verificadas na atual sociedade capitalista, a teoria aponta as possibilidades e a tendência desta nova classe social, o proletariado, resolver as contradições realizando uma revolução, tomando o poder, destruindo a velha máquina estatal burguesa – burocracia, exercito permanente, parlamento, etc - e construindo no seu lugar, uma forma transitória de Estado, como ocorrera na experiência da Comuna de Paris e nos Sovietes russos. Esta nova forma, que em essência já não é um Estado, teria a função de garantir a repressão às tentativas de restauração da velha classe (uma ditadura do proletariado), e ao mesmo tempo envolver as massas proletárias na realização das tarefas estatais (uma democracia proletária). Esta forma transitória seria o caminho pelo qual a sociedade evoluiria, através da construção de novos hábitos de vida, para a sociedade comunista, onde o Estado deixaria de ser necessário, pois se pressupõe que os novos hábitos adquiridos propiciariam o desenvolvimento das condições do auto-governo de forma livremente associada.

## ABSTRACT

The theory of the No-state, in Marx, Engels and Lenin, it was built parallel, and tends as base, the revolutionary processes unchained by the proletariat, starting from the decade of 1840. She identifies that the State is, an instrument of oppression of a class for other, opposing to the others that social theories, that explain and they justified the State as something above the classes, with the function of reconciling the same ones. With base in the analysis of the historical process and in the contradictions verified in the current capitalist society, the theory points the possibilities and the tendency of this new social class, the proletariat to solve the contradictions accomplishing a revolution, taking the power, destroying the old bourgeois state machine - bureaucracy, I exercise permanent, parliament, etc - and building in your place, a transitory form of State, as it had happened in the experience of the Commune of Paris and in Russian Sovietes. This new form, that in essence no longer it is a State, he/she would have the function of guaranteeing the repression to the attempts of restoration of the old class (a dictatorship of the proletariat), and at the same time to involve the proletarian masses in the accomplishment of the state tasks (a proletarian democracy). This transitory form would be the road for which the society would develop, through the construction of new life habits, for the communist society, where the State would stop being necessary, because it is presupposed that the new acquired habits would propitiate the development of the form solemnity-government's conditions freely associated.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 KARL MARX E FRIEDERICH ENGELS: A CRÍTICA DO ESTADO</b> .....	13
2.1 Manuscritos Econômicos e Filosóficos – A Questão Judaica.....	15
2.2 Manuscritos Econômicos e Filosóficos – Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel.....	16
2.3 Manuscritos Econômicos Filosóficos - Terceiro Manuscrito.....	18
2.4 A Ideologia Alemã.....	19
2.5 Manifesto do Partido Comunista.....	27
2.6 Os Princípios do Comunismo.....	31
<b>3 KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: NASCIMENTO E EXTINÇÃO DO ESTADO</b> .....	33
3.1 A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.....	33
3.2 Carta a Weidemeyer.....	41
3.3 Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico.....	42
3.4 A Guerra Civil na França.....	44
3.5 Crítica ao Programa de Gotha.....	59
<b>4 VLADIMIR I. LÊNIN: A DITADURA DO PROLETARIADO</b> .....	70
4.1 Teses de Abril.....	71
4.2 O Estado e a Revolução.....	80
4.3 As Lições da Revolução russa.....	98
4.4 Comunicação acerca da posição do proletariado frente à democracia pequeno- burguesa.....	106
4.5 Economia e política na época da Ditadura do Proletariado.....	108
4.6 Todos à luta contra Deníkine.....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>6 BIBLIOGRAFIA</b> .....	116

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo resgatar a teoria do Não-Estado, elaborada a partir de meados do século XIX, por Karl Marx e Friedrich Engels, dois filósofos revolucionários alemães, e que teve continuidade através de Vladimir I. Lênin, dirigente operário e teórico russo, a partir do final daquele século.

A pesquisa bibliográfica se justifica pela importância mundial de que se revestiu essa teoria, gestada pelo movimento operário daquela época e tendo ele como base, se desenvolveu e, dialeticamente, o influenciou e o fortaleceu. É fato que, durante a primeira metade do século XX, uma significativa quantidade de revoluções ocorreram, em escala mundial. Em vários países, seguindo o exemplo da Rússia, o proletariado, tendo a teoria de Marx, Engels e de Lênin, como guia teórico para a ação. Levando os princípios dela (teoria) às últimas conseqüências o proletariado daqueles países conquistaram o poder de Estado e exerceram esse poder de modo a polarizar a hegemonia do mundo com as nações capitalistas.

Durante a pesquisa, percebeu-se que a teoria não foi sistematizada em uma única obra dos autores, ou de um só deles. O método dialético lhes impôs o ritmo e a forma de elaboração, que se deu ao sabor do desenvolvimento das lutas revolucionárias operárias.

Assim também se optou por relatar o fruto deste trabalho. Não se verá um capítulo ou um item com a síntese da teoria. Aborda-se a sua construção a partir das principais obras dos autores, seguindo um cronograma

que coincide mais ou menos com o caminho percorrido por eles, fazendo as devidas interlocuções de uma obra com outra, seja posterior ou anterior àquela que se analisa no momento.

Dividiu-se o trabalho em três capítulos, sendo que os dois primeiros tratam da produção de Marx e Engels, os fundadores da teoria, onde se procura separar a crítica do Estado em geral e do Estado burguês em particular, da teoria do surgimento e da extinção do Estado, esta última, o objeto específico deste trabalho monográfico que, no entanto, não poderia ser atingido sem realizar esse percurso. Para tanto, selecionou-se obras desde o chamado período de juventude de Marx, quando ele teorizava isoladamente, depois as principais obras em conjunto com Engels e deste sozinho após a morte daquele, em 1883.

O terceiro capítulo é dedicado a observar o caminho percorrido por Lênin, para resgatar e enriquecer a teoria a partir e para o movimento operário russo, onde se inaugurou a primeira experiência duradoura da tomada do poder pelo proletariado, e se destaca a evolução das teses do autor, inclusive, durante o período que ele acompanhou e participou como principal dirigente do novo Estado soviético, período este bastante curto, haja vista sua morte prematura, apenas sete anos após a tomada do poder pelo proletariado russo.

Além de seguir a cronologia das produções teóricas e tê-las de forma sistemática como base, optou-se pelo uso, até certo ponto abusivo, de longas citações. Entretanto não se vislumbrou outra forma mais eficiente de realizar e relatar esta exegese, que não fosse a de dar a palavra, prioritariamente, aos próprios autores.

O objetivo explícito deste trabalho foi resgatar a exata teoria deles e não “leituras” a respeito deles. Desta forma, coube então ao exegeta a parte mais fácil, de compilar e articular os principais elementos da teoria, realizando

observações de caráter secundário, mas garantindo sempre o privilégio da palavra aos reais “proprietários”, que tiveram o trabalho mais difícil. Uma vez que não se trata de um trabalho de pós-graduação, mas tão somente de uma monografia de conclusão de curso de graduação, julga-se pertinente a forma utilizada.

Como se trata de monografia de conclusão de curso de direito, poderá se argumentar uma lacuna por não ter o trabalho efetuado o diálogo com determinados doutrinadores específicos do ramo. Porém, se faz também necessário lembrar que o objetivo desta pesquisa é buscar uma teoria negadora do Estado, por isto revolucionária, e por isto marginal dentro da Universidade, principalmente no Curso de Direito, onde a mesma é ignorada.

Daí que a prioridade no momento não é o diálogo das teorias, uma vez que este não existe, principalmente na vida acadêmica do curso, quando, durante os 11 semestres de duração nenhuma obra dos autores foi analisada ou recomendada em sala de aula pelos mestres.

Esse diálogo requer também trabalhos de maior fôlego que uma simples monografia. Além de realizar a interlocução teórica com os doutrinadores do ramo do direito ele terá que dialogar com os aspectos da atualidade dessa teoria. Afinal, um século e meio se passou, a teoria está quase esquecida, mas as condições que propiciaram o seu surgimento teimam em permanecer e se expressarem de forma contundente, reclamando solução.

## **2 KARL MARX E FRIEDRICH: A CRÍTICA DO ESTADO**

Os processos revolucionários ocorridos no continente europeu, a exemplo das revoluções de 1848, a experiência da Comuna de Paris, em 1871 e, as Revoluções Russas de 1905 e 1917, resguardadas as especificidades locais, influenciaram muitas outras revoluções em nível mundial e se constituíram no movimento real, a partir do qual Marx e Engels extraíram suas teorias.

Pela primeira vez, na história da moderna civilização capitalista, as classes exploradas entravam em cena com projeto próprio de sociedade, fundamentado em uma teoria elaborada e sistematizada por Karl Marx e Friedrich Engels, considerados os fundadores do socialismo científico, que é como ficou conhecida a teoria geral dos autores, da qual faz parte a questão do Estado.

Tal projeto contrapunha-se ao projeto sócio-político da emergente e vitoriosa burguesia revolucionária que, naquela conjuntura, se inspirava nas teorias dos filósofos Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Looke, Emmanuel Kant, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau e George Wilhelm Friederich Hegel, dentre outros. Estes teóricos justificavam a existência do Estado como algo acima das classes sociais, e, portanto, capaz de promover a conciliação entre as mesmas.

Segundo Luciano Gruppi (1986), até o século XIX, todas as teorias de Estado procuraram justificar a necessidade e/ou tão somente descrever o processo de formação do Estado.

No dizer de Gruppi:

Depois dessa rápida resenha das principais concepções do Estado que apareceram na fase da construção do Estado burguês moderno, surge uma pergunta: existe uma teoria burguesa de Estado?

Em minha opinião, não existe. Há uma justificação ideológica do Estado, do Estado existente ou do que se pretendia construir; mas não há uma teoria científica que explique como nasce o Estado, por que nasce, por quais motivos, e qual é a sua verdadeira natureza. Existem tratados volumosos em que se descreve toda a vida do Estado, são definidas suas instituições e estas são examinadas em suas relações mútuas. Mas não há nunca uma teoria que nos explique o que é realmente um Estado. Temos, sim, a justificação ideológica (isto é, não-crítica, não-consciente) do Estado existente (GRUPPI, 1986, p. 25).

Envolto nessa realidade, Marx, inicialmente sozinho, e depois em companhia de Engels, desenvolvem uma teoria a partir da profunda crítica aos sistemas filosóficos construídos pelos filósofos alemães, especialmente Hegel. A teoria de Marx e Engels tem como base real os movimentos da nova classe social: *o proletariado*.

Diferentemente dos filósofos burgueses, que afirmavam ser o Estado um órgão acima das classes, Marx e Engels afirmarão, justamente, o contrário, ou seja, que o Estado se constitui num instrumento de opressão de uma classe sobre a outra. Com base no método dialético levam suas críticas às últimas conseqüências, oferecendo uma análise rigorosa sobre o surgimento e desenvolvimento do proletariado, mostrando inclusive, a possibilidade real desta classe social libertar a si própria da exploração e da opressão capitalista e, ao mesmo tempo libertar a humanidade inteira.

Tal realidade somente seria possível, na medida em que, de forma revolucionária, o proletariado se apropriasse dos meios de produção, abolindo a propriedade privada e o Estado, enquanto mecanismo que dá sustentação àquela velha forma de organização da sociedade. A partir daí, através de um

processo de evolução, a nova classe ainda teria que lançar mão de instrumentos de repressão – mas que em essência já não constituem um Estado. Somente desta forma a sociedade atingiria um estágio de plena realização humana, o Comunismo, cuja característica principal é a total inexistência do Estado. Vejamos como os autores formularam a crítica do Estado burguês ao longo de sua vasta obra.

## **2.1 Manuscritos Econômicos e Filosóficos – A Questão Judaica**

A concepção de Estado como instrumento de opressão de classe e a possibilidade da construção de uma sociedade sem Estado está presente no pensamento de Marx desde suas obras de juventude. É o que se depreende desta afirmação na *Questão Judaica*:

Certamente a emancipação política representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final da emancipação humana, mas é a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente. Não será necessário dizer que estamos aqui discorrendo sobre a emancipação prática, real (MARX, 2001, p.23).

Marx demonstra os limites do Estado burguês, que se apresentava então - em contraste com a velha forma absolutista, atrelada à religião e, fundada na desigualdade natural entre os homens - como a forma ideal de libertação da humanidade.

Após analisar a Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão, de 1781, Marx afirma:

Qualquer emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral.

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 2001, p.3).

De que força social Marx fala, senão do Estado que, reconhecido e organizado como força social própria, não mais separada de si (dos homens), deixa de ser um Estado (MARX, 2001).

## **2.2 Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos – Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel**

Em outro importante trabalho, a *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx prossegue a crítica da Filosofia Alemã, ao reafirmar os limites da crítica religiosa (a exemplo da professada por Bruno Bauer em *A Questão Judaica*) e avança para a crítica à “Filosofia especulativa do Direito”. Vejamos o que ele afirma sobre o Estado e a religião:

Este é o alicerce da crítica irreligiosa: o homem faz a religião; a religião não faz o homem. Mas o homem não é um ser abstrato, acovardado fora do mundo. E a religião é de fato a autoconsciência e o sentimento de si do homem, que ou não se encontrou ainda ou voltou a perder-se. O homem é o mundo do homem, o Estado, a coletividade. Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, por que eles são um mundo invertido [...].

A religião é o suspiro do ser oprimido, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. O banimento da religião como felicidade ilusória dos homens é a exigência da sua felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões (MARX, 2001, p.45-46).

Em seguida, Marx, passa à crítica a Hegel, partindo das seguintes afirmações, as quais estão em total consonância com a teoria que se pretende resgatar:

A tarefa da história, desta forma, depois que o mundo da verdade se apagou, é constituir a verdade deste mundo. A imediata tarefa da filosofia, que está ao serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito e a crítica da teologia em crítica da política (MARX, 2001, p. 46).

Até aqui, Marx, ainda não combate Hegel. Somente enuncia o terreno no qual desenvolveria sua crítica. Assim, ao comparar a situação do desenvolvimento das relações sociais de produção e as formas de Estado na Alemanha, com relação aos vizinhos europeus como Inglaterra e França, Marx demonstra que a Alemanha (os seus filósofos) vive uma realidade ilusória. Nas palavras do próprio Marx:

Só a Alemanha poderia produzir a **filosofia especulativa do Direito** – este pensamento excêntrico e abstrato sobre o Estado moderno, cuja realidade permanece ao longe (mesmo este ao longe ficando apenas no outro lado do Reno) -, o representante alemão do Estado moderno, pelo contrário, que não leva em conta o homem real, só foi possível porque e na medida em que o próprio Estado moderno não atribui importância ao homem real ou unicamente satisfaz o homem total de maneira ilusória. A crítica da filosofia alemã do Direito e do Estado, que

teve a mais lógica, profunda e completa expressão em Hegel, surge ao mesmo tempo como a análise crítica do Estado moderno e da realidade a ele associada e como a negação definitiva de todas as anteriores formas de consciência na jurisprudência e na política alemã, cuja expressão mais distinta e mais geral, elevada ao nível de ciência, é justamente a *filosofia especulativa do direito*. A Alemanha foi a sua consciência teórica. A abstração e a arrogância da sua filosofia caminhava ao lado do caráter unilateral e atrofiado de sua realidade. Em política, os alemães pensaram o que as outras nações fizeram (MARX, 2001, p.52).

Prosseguindo a sua crítica ao sistema hegeliano, Marx demonstra que, os elementos e as relações reais existentes na sociedade civil e no Estado, bem como as possibilidades de emancipação humana, colocam o proletariado como a única classe que carrega características de universalidade e que, portanto, pode concretamente realizar esta emancipação. Com base nesse pressuposto conclui a sua exposição:

Agora iremos à síntese dos resultados: a emancipação dos alemães só é possível na prática se adotar o ponto de vista da teoria, segundo a qual o homem é para o homem o ser supremo. A Alemanha não conseguirá emancipar-se da Idade Média a não ser que a emancipe ao mesmo tempo das vitórias parciais sobre a Idade Média. Na Alemanha, nenhum tipo de servidão será abolido, se toda a servidão não for destruída. A Alemanha, que é profunda, não pode fazer uma revolução sem revolucionar a partir do fundamento. A emancipação do Alemão é a emancipação do homem. A filosofia é a cabeça desta emancipação e o proletariado o seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a exaltação do proletariado, o proletariado não pode exaltar-se sem a realização da filosofia.

No momento em que estiverem satisfeitas todas as condições internas, será anunciado o dia da ressurreição da Alemanha com o cântico de galo das Gálias (MARX, 2001, p.59).

### **2.3 Manuscritos Econômicos Filosóficos - Terceiro Manuscrito**

Ainda nesta fase da produção intelectual, nos chamados Manuscritos econômicos e filosóficos, Karl Marx aprofunda sua reflexão, não apenas acerca da questão do Estado. No seu estudo sobre a alienação em geral dedica-se, especialmente, a respeito da alienação do trabalho na atual forma de sociedade e a sua base concreta, a propriedade privada dos meios de produção. Para Marx:

A propriedade privada material, imediatamente perceptível, é a expressão material e sensível da vida humana alienada. O seu movimento – a produção e o consumo – é a manifestação sensível do movimento de toda a produção anterior, quer dizer, a realização ou realidade do homem. A religião, a família, o Estado, o Direito, a moral, a ciência, a arte, etc., constituem apenas modos particulares da produção e submetem-se à sua lei geral. A eliminação positiva da propriedade privada, tal como a apropriação da vida humana, constitui, portanto, a eliminação positiva de toda a alienação, o regresso do homem a partir da religião, da família, do Estado, etc., à sua existência humana, ou seja, social. A alienação religiosa como tal ocorre apenas na esfera da consciência, da interioridade humana, mas a alienação econômica é a da vida real - a sua eliminação inclui, por consequência, os dois aspectos (MARX, 2001, p.138-139).

Observa-se que Marx expõe, no texto acima, importantes elementos de sua concepção sobre o Estado e consciência social. Elementos estes, que serão sistematizados de forma mais desenvolvida em sua obra conjunta com Engels – A Ideologia Alemã – como se verá a seguir.

### **2.4 A Ideologia Alemã**

Esta obra representa o ajuste de contas final, agora de Marx e Engels, com a filosofia Alemã, cuja crítica teve início com *A Questão Judaica* e a *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* ( e em outros textos aqui não analisados). Nela, os compatriotas de Marx sofrem duras críticas, pelo fato de sua “filosofia crítica” restringir-se ao mundo das representações e, não descer ao mundo real.

Disso resulta a acirrada polêmica com Bruno Bauer, cuja teoria elevava a questão religiosa como o problema central da alienação humana. Também ocorre com o próprio Hegel que, apesar de reconhecer o movimento que ocorre na base real (os indivíduos concretos e a sociedade civil), os concebe, entretanto, como sendo fundados pelo Estado, ou seja, de forma invertida.

Dito de outra forma, Hegel entendia que as transformações ocorridas na sociedade eram produzidas pelo Estado, ou seja, que o Estado é que cria a sociedade. Justamente ao contrário da teoria de Marx e Engels, que entende o Estado como produto (e não como produtor) das transformações sociais. Enquanto para Hegel, o Estado é o criador, para Marx e Engels ele é apenas uma criatura, histórica.

A crítica de Marx e Engels se dirigia a todos os discípulos de Hegel, tanto os velhos como os jovens hegelianos. Eis algumas passagens desta obra:

Nenhuma diferença específica distingue o idealismo alemão da ideologia dos outros povos. Esta última também considera que o mundo está dominado pelas idéias; que as idéias e os conceitos são princípios determinantes; que determinados pensamentos constituem o mistério do mundo material, acessível apenas aos filósofos.

Hegel completou o idealismo positivo. Para ele, não apenas todo o mundo material tinha se transformado num mundo dos pensamentos e toda história numa história dos pensamentos. Ele não se limita a registrar as coisas do pensamento, mas procura também expor o ato da produção.

Despertados de seu mundo de sonhos, os filósofos alemães protestaram contra o mundo dos pensamentos, que lhes [...] (MARX e ENGELS, 1993, p.18).

Esse excerto corresponde às notas marginais de Marx ao texto do prefácio à *Ideologia Alemã*, as quais os editores não conseguiram resgatar por inteiro ou o próprio autor não as completou. Vale lembrar que, esta produção teórica (a obra como um todo) permaneceu desconhecida do público por quase um século. Produzida no período 1845-1846, ela, só foi editada em 1932 pelo Instituto do Marxismo-Leninismo da União Soviética, representando uma grande lacuna, uma vez que o seu conteúdo não subsidiou o debate e o enriquecimento da teoria durante esse período.

Ainda nas notas marginais ao prefácio, pode-se ler:

Todos os críticos filosóficos alemães afirmam que os homens reais têm sido até aqui dominados e determinados por idéias, representações e conceitos, que o mundo real é um produto do mundo ideal. Isso, que tem acontecido até o presente instante, deve, entretanto, modificar-se. Tais críticos diferenciam-se entre si pela maneira através da qual pretendem libertar o mundo dos homens, que, segundo eles, tanto sofrem o peso de seus próprios pensamentos fixos; diferenciam-se também pelo que qualificam de pensamentos fixos; concordam na crença de que seu ato de pensar crítico levará, fatalmente, à destruição do estado de coisas existente, seja porque imagina que sua atividade pensante isolada é suficiente para alcançar resultado, seja porque querem conquistar a consciência universal.

A crença de que o mundo real é produto do mundo ideal, de que o mundo das idéias [...]

Desorientados pelo mundo hegeliano dos pensamentos, os filósofos alemães protestam contra o domínio exercido pelos pensamentos, idéias e representações que, até aqui, segundo pensam, isto é, segundo a ilusão de Hegel, produziram, determinaram e dominaram o mundo real. Fazem o protesto e morrem [...].

No sistema de Hegel, as idéias, os pensamentos e os conceitos produzem, determinam, dominam a vida real dos homens, seu mundo material, suas relações reais. Seus rebeldes discípulos tomam-lhe isso de empréstimo [...] (MARX e ENGELS, 1993, p.18-19).

Trata-se da reafirmação do combate ao idealismo da filosofia alemã, mas ao mesmo tempo o ponto de partida para construção da teoria materialista da história. Eis os aspectos conclusivos dessa crítica direta:

A despeito de suas frases que supostamente “abalam o mundo”, os ideólogos da escola neo-hegeliana são os maiores conservadores. Os mais jovens dentre eles descobriram a expressão exata para qualificar sua atividade quando afirmam que lutam unicamente contra “fraseologias”. Esquecem apenas que opõem a estas fraseologias nada mais do que fraseologias e que, ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de forma alguma o mundo real existente. Os únicos resultados aos quais pôde conduzir essa crítica filosófica foram alguns esclarecimentos histórico-religiosos – e assim mesmo do ponto de vista parcial – sobre o cristianismo; todas as outras afirmações são apenas novas maneiras de embelezar suas pretensões de haver proporcionado descobertas de alcance histórico-mundial graças a estes esclarecimentos insignificantes.

A nenhum destes filósofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material (MARX e ENGELS, 1993, p. 26).

Estabelecida a negação do idealismo, os autores passam a expor as bases materialistas de sua filosofia, cujos pressupostos resumem:

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica.

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos (O primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida).

[...] Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 1993, p. 27-28).

De certa forma, Marx e Engels retomam Aristóteles, na sua clássica formulação: as coisas devem ser vistas como elas são. Porém, uma diferença fundamental deve ser ressaltada. O filósofo grego analisou a sociedade, apenas, tal como ela era, naquele momento. Ou seja, buscou na natureza humana, de forma a-histórica, a explicação para justificar aquela realidade específica. Marx e Engels, ao contrário, buscam encontrar na história humana, não apenas a explicação para a realidade, mas, sobretudo, os elementos que indicam as possibilidades reais de sua transformação. A propósito, na 11ª Tese sobre Feuerbach, Marx afirma:

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo (MARX, 1993, p.14).

Ao demonstrar o processo de desenvolvimento histórico das relações sociais de produção e as formas que as mesmas vão assumindo, a

exemplo do modo de produção escravista, feudal e finalmente o atual, capitalista, Marx verifica que, principalmente neste último, ocorre uma divisão social do trabalho com a separação radical dos produtores do seu produto:

Esta fixação da atividade social – esta consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo superior a nós, que escapa ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e reduz a nada os nossos cálculos – é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico que até aqui tivemos. É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal - tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e sobretudo, como desenvolveremos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes (MARX e ENGELS, 1993, p.48).

Demonstrado em largos traços o processo de alienação dos homens em relação a si mesmo e à produção, os autores antecipam uma conclusão geral que já fora tratada e analisada nos *Manuscritos*, mas aqui aparece desenvolvida de outra forma, explicando o modo como se estabelecem as relações entre o Estado e os indivíduos alienados. Ademais, ao mesmo tempo, enunciam um dos elementos da sua teoria do Não-Estado:

Toda classe que aspira à dominação, **mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral** (grifo nosso) deve conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como

interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento. [...] O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos, exigida pela divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos, porque sua cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário, percorre agora uma série particular de fases e estágios de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer agir (MARX E ENGELS, 1993, p.49-50).

Numa citação posterior, aparece outro importante pressuposto da sociedade sem Estado:

Esta “alienação” – para usar um termo compreensível aos filósofos – pode ser superada, naturalmente, apenas sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder “insuportável”, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente “destituída de propriedade”; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento. Por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que contém simultaneamente uma verdadeira existência humana empírica, dada num plano histórico-mundial e não na vida puramente local dos homens) é um pressuposto prático absolutamente necessário, por que, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundice anterior seria restabelecida (Marx e Engels, 1993, p.50).

Portanto, dois pressupostos da nova forma de organização social.

1. As condições objetivas para alcança-la (a destruição da velha forma), qual seja, a existência de um poder insuportável – porque produziu uma massa de despossuídos ao lado de grandes quantidades de riquezas - contra o qual se

faz uma revolução. 2. As condições de existência da nova sociedade que, conforme os autores, já estão implícitas em um dos motivos que ocasionou a revolução: a enorme quantidade de riquezas produzidas, pressupondo um alto desenvolvimento das forças produtivas, suficiente para prover as necessidades básicas do conjunto da sociedade, sob pena da retomada da luta pelo necessário e o restabelecimento de toda a “imundice” anterior.

Nesta mesma linha de raciocínio acrescentam que a nova sociedade, a sociedade comunista é, pois, impossível de existir em um só país. Esta não somente pressupõe o alto desenvolvimento das forças produtivas e a contradição destas com as relações sociais de produção, mas também que isto ocorra em escala universal:

Empiricamente, o comunismo é apenas possível como ato dos povos dominantes, “súbita” e simultaneamente, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial conectado com o comunismo (MARX e ENGELS, 1993, p.51).

Acerca do comunismo, Marx e Engels, descrevem:

Denominamos comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [que devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva] resultam de pressupostos atualmente existentes (MARX e ENGELS, 1993, p.52).

Continuam os autores:

O Comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores pelo fato de que subverte os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio anteriores, e de que aborda pela primeira vez conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que nos precederam, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos unidos. Sua instituição é,

portanto, essencialmente econômica, a produção material das condições dessa união; faz das condições existentes condições de união (MARX e ENGELS, 1993, p.110).

No Manifesto Comunista de 1848, que se verá no item seguinte, dizem Marx e Engels: os comunistas não propõem ao proletariado um sistema sonhado ou pensado por este ou aquele reformador. Tal formulação reforça a concepção materialista da história traduzida na máxima das ciências naturais de que *na natureza nada se cria, tudo se transforma*. A teoria de Marx e Engels, do mesmo modo, não cria nada. Ela apenas identifica, no movimento real da sociedade, a possibilidade de sua transformação.

Em outra passagem de *A Ideologia Alemã*:

A transformação, pela divisão do trabalho, de forças (relações) pessoais em forças objetivas, não pode ser superada arrancando-se da cabeça essa representação geral, mas apenas se os indivíduos subsumirem novamente essas forças objetivas a si mesmos e superarem a divisão do trabalho [ser e essência]. Isto não é possível sem a coletividade [e impossível sem o completo e livre desenvolvimento do indivíduo que ela implica]. Apenas na coletividade [de uns e outros] é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos; somente na coletividade, portanto, torna-se possível a liberdade pessoal. [...] A coletividade aparente, em que se associaram até agora os indivíduos, sempre adquiriu uma existência autônoma em relação a eles e, ao mesmo tempo, por ser uma associação de uma classe contra outra classe, era, para a classe dominada, não só uma coletividade inteiramente ilusória, como também um novo entrave. Na coletividade real, os indivíduos adquirem sua liberdade na e através de sua associação (MARX e ENGELS, 1993, p.117).

## 2.5 O Manifesto do Partido Comunista

Em companhia de Friedrich Engels, Karl Marx, fazendo jus ao princípio básico de sua teoria - de que ela não existe fora do mundo real - engaja-se organicamente no então movimento operário europeu.

Durante o segundo semestre de 1847, Marx e Engels participam ativamente nas comunas de Bruxelas e Paris, das discussões acerca do programa a ser adotado pela Liga dos Comunistas em seu Congresso marcado para novembro daquele ano. A discussão se realiza tendo como base, inicialmente, o *Projeto de profissão de fé comunista*, elaborado por Engels, e depois, os *Princípios do Comunismo*, também redigidos por Engels, que se achava insatisfeito com o teor do primeiro texto.

O segundo Congresso da Liga dos Comunistas, conforme previsto, se realiza em Londres de 29 de novembro a 08 de dezembro de 1847, contando com a participação dos dois jovens revolucionários, que polarizam os debates, convencendo a Liga de suas concepções e afastando-a definitivamente de suas antigas tendências. Os *princípios do Comunismo* foram aprovados por unanimidade e os dois, Marx e Engels, foram eleitos para redigirem o programa político da organização, em forma de manifesto.

Devido a problemas alheios às suas vontades, a tarefa demora a ser executada, o que gerou cobrança enérgica por parte do comitê central. Não obstante, em fevereiro de 1848 Marx e Engels concluem o *Manifesto*. A obra marcava, assim, a primeira síntese entre a teoria científica do proletariado e sua base real, o movimento operário europeu.

No que concerne ao Estado moderno, os autores fazem a seguinte afirmação no Manifesto:

Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções (*Umwälzungen*) nos modos de produção e de troca.

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um processo político correspondente. Estamento (*stand*) oprimido sob o domínio dos senhores feudais, associações armadas na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia, depois, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia corporativa (*ständischen*) ou absoluta e, em geral, principal fundamento das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. ***O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (Ausschuss) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa*** (grifo nosso) (MARX e ENGELS, 1997, p.68).

Confirma-se aqui, a concepção de Estado, de Marx e Engels, enunciada no começo deste trabalho, segunda a qual – totalmente oposta ao que afirmavam os filósofos burgueses – o Estado é instrumento de defesa dos interesses da classe dominante.

Em outra passagem do *Manifesto* os autores descrevem sobre o objetivo estratégico dos comunistas:

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado.

As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam de forma alguma em idéias, em princípios inventados ou descobertos por esse ou aquele reformador do mundo.

São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes já existente, de um movimento histórico que se desenrola sob

nossos olhos. A abolição (*Abschaffung*) das relações de propriedade que até agora existiram não é a característica distintiva do comunismo. Todas as relações de propriedade estiveram sempre submetidas a uma contínua modificação histórica, a uma contínua transformação histórica.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa.

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão da fabricação e apropriação de produtos que se baseia em antagonismos de classes, na exploração de uns por outros. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nessa única expressão: **abolição (*Aufhebung*) da propriedade privada** (grifo nosso) (MARX e ENGELS, 1997, p.80).

Na passagem seguinte, enunciam os elementos da teoria do Não-Estado, de forma mais clara, embora pouco desenvolvida:

Vimos acima que o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia (*die Erkämpfung der Demokratie*).

O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, **para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado como classe dominante** (grifo nosso), e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas.

Isso naturalmente só poderá ser realizado, no princípio, por uma intervenção despótica no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção, isto é, por medidas que parecem economicamente insuficientes e insustentáveis, mas que, no curso do movimento, ultrapassam a si mesmas e são inevitáveis como meio de revolucionar todo o modo de produção (MARX e ENGELS, 1997, p.86).

Muitos estudiosos da obra de Marx, ontem e hoje, interpretam essa parte que está grifada, pela metade: o proletariado centralizará todos os

instrumentos de produção nas mãos do Estado. Esquecem-se de apreender, entretanto, o significado do período seguinte: *o proletariado organizado em classe dominante*. A primeira interpretação (incompleta) permite que o socialismo ou o comunismo seja confundido com um sistema econômico estatal, numa completa vulgarização da teoria de Marx e Engels. A segunda hipótese obriga o analista ir mais fundo. Ou seja, não se contentar com conclusões apressadas e simplificadas, obrigando-o entender o que significa *o proletariado organizado em classe dominante*. Isso supõe o estudo do conjunto da teoria, dispersa ao longo da obra dos autores.

O próprio Manifesto fornece mais um elemento dessa teoria ao abordar as possibilidades de desenvolvimento da futura forma de organização social. Os redatores afirmam o seguinte:

Quando as diferenças de classe desaparecerem no curso do desenvolvimento **e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados**, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime também, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe.

**Em lugar da velha sociedade, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos** (grifo nosso) (MARX e ENGELS, 1997, p. 87).

Note-se, principalmente, a parte destacada na citação acima: “toda produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados”. Com esta

formulação, os autores, não estão propondo a estatização. Pensar assim é não entender a crítica, ao Estado em geral e ao Estado burguês em particular, realizada por Marx e seu inseparável companheiro, Engels.

## 2.6 Os Princípios do Comunismo

Não é demais incluir aqui um excerto dos *Princípios do Comunismo* formulados por Engels. Tais princípios, como já se mencionou antes, serviram de base à redação do Manifesto. Bastante didático, o trabalho de Engels, foi feito no sistema de perguntas e respostas. A primeira: Como seria a nova ordem social? Eis a resposta:

Antes de mais nada, ela tirará o funcionamento (*Betrieb*) da indústria e de todos os ramos da produção das mãos de indivíduos singulares concorrentes entre si **e entregará a toda a sociedade, quer dizer, à comunidade, para funcionar segundo um plano comum e com a participação de todos os membros da sociedade.** Desse modo, abolirá a concorrência e implantará em seu lugar a associação. Além disso, como a exploração da indústria pelos singulares tinha por consequência necessária a propriedade privada – e como a concorrência nada mais é do que a forma que assume a exploração industrial realizada por proprietários privados singulares -, a propriedade privada é inseparável da exploração individual da indústria e da concorrência. Portanto, também deverá ser abolida a propriedade privada, que será substituída pela utilização comum de todos os instrumentos de produção e pela distribuição dos produtos com base num acordo comum, ou seja, pela chamada comunidade dos bens (*Gütergemeinschaft*). A abolição da propriedade privada é, de fato, a síntese mais concisa e mais característica da transformação da ordem social em seu conjunto, transformação essa que deriva do desenvolvimento da indústria; é por isso que os comunistas fazem dela sua principal reivindicação (ENGELS, 1997, p.111).

Destaca-se a parte grifada (por nós) na citação. Através dela se pode identificar elementos do Não-Estado já bastante desenvolvidos por Engels. No *Manifesto*, tais já haviam sido abordados – até por que sua elaboração teve como base teórica estes *Princípios* – porém, de forma resumida e pouco desenvolvida, haja vista sua natureza. Mais uma vez fica claro que não se trata de economia estatal, mas dos indivíduos associados produzindo e distribuindo com base num acordo comum.

### 3 KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: NASCIMENTO E EXTINÇÃO DO ESTADO

Tanto no *Manifesto* como nos *Princípios do Comunismo*, Marx e Engels apresentam vários elementos da futura sociedade sem Estado bem como as possibilidades de atingi-la. Segundo os autores, esses elementos já se encontram presentes na realidade social e econômica em vigor.

A partir desta constatação identificam o proletariado como a classe capaz de revolucionar toda a sociedade. Esta revolução é uma decorrência das profundas contradições econômicas - expressas na extrema concentração de riquezas ao lado de uma enorme massa de despossuídos – que tornam “intolerável” a exploração da burguesia sobre as demais classes.

Por fim, observam o processo de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a capacidade de unir a técnica aos recursos naturais para produzir bens úteis, cuja intensidade, constatam, torna possível a produção da abundância. Condição, sem a qual a nova forma de organização social não seria possível.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx afirma que, sem a abundância da produção, permitindo a todos os indivíduos a satisfação das necessidades básicas – “seria restabelecida toda a imundice anterior” (ver item 2.4). Esta passagem coloca implicitamente, um dos pressupostos do surgimento e da existência do Estado. Para Marx é o estado de “carência” (a escassez), o elemento desencadeador da luta entre os indivíduos pelo “necessário” que, ao fim de um longo processo, reclama a presença de uma força estranha, acima deles, para regular os conflitos. Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels tematiza sobre a origem e extinção do Estado, é o que se verá a seguir.

### 3.1 A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

As páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo seu alcance (ENGELS, 1991, p.1).

Engels escreveu essa passagem no prefácio de: *A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*, em 1884 (um ano após a Morte de Marx). Embora declare que, nesta obra, além de ter contado com a enorme contribuição de Morgan (antropólogo norte-americano que realizou pesquisa de campo, convivendo por longo tempo entre indígenas de seu país e escreveu uma obra clássica sob o título: *A Sociedade Antiga*) contou também com a preciosa colaboração de Marx.

Diz Engels:

Meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como também de suas anotações críticas, que reproduzo sempre que cabíveis (ENGELS, 1991, p.2).

Importante esclarecer que as investigações de Morgan constituem o material básico real sobre o qual se debruçaram os dois, Marx e Engels, para entenderem a história desses três elementos: a Família, a Propriedade privada e o Estado. Coube a Engels a sistematização e redação do estudo, em face da morte do companheiro.

Em *A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*, o esforço de Engels foi compreender a origem do Estado. Nesse sentido, lança mão da pesquisa de Morgan, segundo a qual a maioria das nações indígenas das Américas se organizava sob a forma de gens formando tribos e, em raros casos, confederações de tribos. Em todas as situações, os princípios fundantes da gens se reproduziam integralmente.

Tal é a constituição social sob a qual viveram e vivem ainda os Iroqueses há mais de quatrocentos anos. Dei a descrição dela feita por Morgan em todos os pormenores, porque aqui podemos estudar a organização de uma sociedade que não conhecia o Estado. *O Estado pressupõe um poder público especial, distinto do conjunto dos cidadãos que o compõem* (grifo nosso) (ENGELS, 1991, p.105).

Grifa-se a última parte do excerto de Engels para destacar, mais uma vez, a sua concepção de Estado: *Poder público especial distinto do conjunto dos cidadãos que o compõem*. Esta concepção contrasta com o relato de uma sociedade baseada na auto-organização, que, portanto, não conhece o Estado.

Sobre o funcionamento daquela sociedade Engels descreve:

Admirável essa constituição da gens, com toda a sua ingênua simplicidade! Sem soldados, polícias, nobreza, reis, governadores, prefeitos ou juizes, sem cárceres ou processos, tudo caminha com regularidade. Todas as querelas, todos os conflitos são dirimidos pela coletividade a que concernem, pela gens ou pela tribo, ou ainda pelas gens entre si. Só com último recurso – raras vezes empregado – aparece a vingança, da qual a nossa pena de morte é apenas uma forma civilizada, com as vantagens e os inconvenientes da civilização (ENGELS, 1991, p.106-107).

Prosseguindo a sua análise destaca a genealogia do Estado na Grécia antiga. Isto por que, entre os indígenas norte-americanos, não era possível observar o Estado, nem mesmo de forma embrionária. Esta parte da análise, Engels se baseou, tanto nos relatos de Morgan, quanto em dados pesquisados pelo próprio Engels em outras fontes não citadas.

Deve-se, contudo, atentar para o fato de que, o próprio trabalho do Morgan, neste particular, sobre as antigas civilizações, também tomou por base pesquisas bibliográficas, pois, tratou de povos que viveram há mais de dois mil anos. Por isto, há que se levar em conta este fato, que diferencia profundamente a abordagem sobre os povos antigos - visto através de pesquisas bibliográficas em relatos, repita-se, feitos há mais de dois mil anos - da abordagem sobre os indígenas norte-americanos, feita sobre relatos de vivência do próprio autor (Morgan).

Na descrição do desenvolvimento dos Gregos, a princípio, Engels, identifica similitude de organização social, atribuindo-lhe inclusive o mesmo nome: gens. Porém, é sabido que o povo Grego, mesmo os antigos, conheceram a forma Estado. Aproveitando-se também da literatura da época, a exemplo de Homero, ele descreve os detalhes do funcionamento das gens, suas principais funções e o processo econômico e social que gerou inicialmente as classes sociais e depois o Estado. Eis o resumo:

Na constituição grega da época heróica vemos, ainda cheia de vigor, a antiga organização gentílica, mas já observamos igualmente o começo da sua decadência: **o direito paterno, com herança de haveres pelos filhos, facilitando a acumulação de riquezas na família e tornando esta um poder contrário à gens**; a diferenciação de riquezas, repercutindo sobre a constituição social pela formação dos primeiros rudimentos de uma nobreza hereditária e de uma monarquia; a escravidão, a princípio restrita aos prisioneiros de guerra, desenvolvendo-se depois no sentido da escravização de membros da

própria tribo e até da própria gens; a degeneração da velha guerra entre as tribos na busca sistemática, por terra e por mar, de gado, escravos e bens que podiam ser capturados, captura que chegou a ser uma fonte regular de enriquecimento. Resumindo: a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência (grifo nosso) (ENGELS, 1991, p.119).

A afirmação do autor deve ser analisada com atenção, não só pelo fato já comentado antes (ver o último parágrafo da introdução ao presente capítulo), mas, sobretudo, por estar em contradição – pelo menos em aparência – com a afirmação de Marx e do próprio Engels, em *A Ideologia Alemã*.

Conforme se depreende da afirmativa contida na citação acima, Engels concebe como causa/origem do surgimento das classes e posteriormente do Estado, a instituição do direito paterno, o direito de herança, a guerra de conquistas, a acumulação de riquezas de forma diferenciada e a valorização das mesmas como bem supremo. No prefácio de a *Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*, Engels, afirma textualmente:

Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por conseqüência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influencia dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade

entre estas e aquela leva a uma revolução completa. A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em conseqüência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais – uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita até nossos dias (ENGELS, 1991, p.2-3).

Ou seja, para Engels, o surgimento das classes teria se dado, literalmente, com o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, da produção. A contradição está no fato de que na *Ideologia Alemã* (1993: 50) ele e Marx, de forma não literal, afirmam o contrário. Ou melhor, aquela afirmação permite deduzir o contrário desta.

Na obra anterior, os dois afirmam que um dos pressupostos do Comunismo é a abundância, ou seja, alta produtividade do trabalho que produza esta. Isto por que, na carência, a luta pelo necessário “restabeleceria toda a imundice anterior”. Ora, o que se quer dizer com toda imundice anterior senão os valores da velha sociedade como o individualismo, a cobiça, a propriedade privada, etc., etc., os quais foram desenvolvidos na “luta pelo necessário”.

Desta forma, se a abundância possibilita, e condiciona, o desenvolvimento de relações harmônicas entre os indivíduos na sociedade futura, se mostra contraditório, *a priori*, afirmar que ela gerou os antagonismos na sociedade antiga.

Isto possibilita se cogitar a existência de uma lacuna na descrição analítica realizada por Engels acerca dos Gregos e de outros povos abordados

no mesmo livro, como os Germanos, Celtas e Romanos, qual seja, a da ocorrência, por exemplo, de fatos e condições naturais que - diante do presumível e inevitável crescimento populacional – teriam ocasionado aquela luta pelo necessário. Estas lutas (guerras), inicialmente por território em condições de sobrevivência, teriam, ao longo de um processo, se transformado em guerras de conquista, roubos, saques, e gerado os valores correspondentes na consciência daqueles povos.

Não obstante, isto é assunto para outra investigação. Embora diga respeito à construção da teoria do Estado, e do Não-Estado, não será possível aprofundá-la neste espaço. Até por que, o próprio autor vai continuar reafirmando a primeira sentença, de forma implícita, em suas demais obras, além do fato desta contradição não interferir no desenvolvimento desta própria.

Voltando a questão direta da descrição do surgimento do Estado, o autor afirma que, após a ocorrência daquele movimento acima descrito, “só faltava uma coisa”:

Uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objeto mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição de propriedade, que se desenvolviam uma sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas -; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

E esta instituição nasceu. Inventou-se o Estado (ENGELS, 1991, p.120).

Mais adiante, Engels reflete sobre a gênese do Estado Ateniense:

Em nenhuma parte melhor que na antiga Atenas podemos observar como o Estado se desenvolveu, pelo menos na primeira fase da sua evolução, com a transformação e substituição parciais de órgãos da constituição gentílica pela introdução de novos órgãos, até completamente instauradas autoridades com poderes realmente governamentais – quando uma “força pública” armada, a serviço dessas autoridades (e que, por conseguinte, podia ser dirigida contra o povo), usurpou o lugar do verdadeiro “povo em armas”, que havia organizado sua autodefesa nas gens, nas fratrias e nas tribos (ENGELS, 1991, p.120).

Em síntese, nos três povos abordados (Gregos, Romanos e Germanos) verifica-se que o surgimento do Estado ocorreu a partir de uma organização gentílica, embora o Estado Ateniense tenha apresentado a forma considerada “mais pura”, ou “mais clássica”, haja vista que o seu nascimento teve origem diretamente dos “antagonismos de classes” desenvolvidos no seio da própria gens. Já no Estado Romano, o ponto de partida foi uma espécie de aristocratização da sociedade gentílica, que passou a oprimir uma plebe numerosa, que se revoltou e venceu a luta, destruindo a antiga constituição gentílica. Entre os Germanos, o Estado surge em função da vitória destes sobre os Romanos, cuja consequência ocasionou “a conquista de vastos territórios que o regime gentílico era impotente para dominar”.

Concluindo a sua caracterização do Estado, Engels afirma:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para

que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1991, p.191).

Para encerrar o exame desta obra histórica, eis um excerto do autor acerca do objeto do presente estudo. Após descrever o processo de desenvolvimento das forças produtivas sob o regime da sociedade de classes, Engels não só aponta os limites da continuidade desse processo como afirma a inevitabilidade do desaparecimento das classes. Isto porque, as classes já representam entrave ao desenvolvimento da sociedade – e, conseqüentemente, do Estado. Esta contradição terá, necessariamente, que ser resolvida, cedendo lugar a uma sociedade reorganizada, com base na associação de produtores livres e iguais, portanto, uma sociedade sem Estado.

Estamos agora nos aproximando, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência das classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável, como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze (ENGELS, 1991, p.195-196).

### **3.2 Carta a Weidemeyer**

Interessante notar, como Marx se posicionava acerca da luta de classes, de forma geral, e do Estado na sociedade futura, em carta dirigida a Weidemeyer em 1852:

No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes [...] (MARX, entre 1978 e 1986, p.254-255).

Registre-se aqui, o esclarecimento de Marx acerca da autoria da teoria da luta de classes, que ainda hoje lhe é atribuída. O que verdadeiramente o pensador revolucionário acrescentou foi demonstrar que a luta de classes é um fato histórico. Não sendo, pois, um fato natural como havia sido formulado por Thomas Hobbes, por exemplo. Ao analisar esse fato histórico Marx enuncia e demonstra que, “a luta de classes conduz, necessariamente, à *ditadura do proletariado*”. Esta, por sua vez, assinala o autor, se constituirá a forma transitória, que permitirá a abolição das classes e conseqüentemente o alcance da sociedade sem classes.

Pode-se inferir que a *ditadura do proletariado* é similar ao que no *Manifesto* se lê: “o proletariado organizado como classe dominante”. No desenvolvimento da sua teoria (em parceria com Engels), Marx qualifica esta etapa da nova sociedade como sendo, ainda, uma forma de Estado. A condição de transição, necessária, para uma sociedade sem classes, onde não haveria lugar para esta “força estranha”.

### 3.3 Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico

Em sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Friedrich Engels faz um resumo da análise materialista da história, descrevendo as distintas fases que viveram os povos e as nações mais avançadas da Europa. Ao fazer isto, desfecha duras críticas às formas e sistemas socialistas, esboçados por militantes e intelectuais de sua época, que propunham a construção de uma nova sociedade, mas cujas propostas ignoravam totalmente a realidade concreta. Por isto, qualificadas de utópicas.

Com base nas leis gerais do desenvolvimento, Engels aponta, não só as possibilidades concretas de transformação da velha ordem social (a partir dos elementos gestados no seu interior), mas também, as características da sociedade futura, sem Estado, descrevendo e fundamentando o processo pelo qual se chega à extinção do Estado. Em resumo, enquanto a propriedade privada se faz a abolição por um ato, ou seqüência de atos, o Estado só pode extinguir-se.

Enquanto Marx, na Carta a Weidemeyer apenas enuncia a transitoriedade da ditadura do proletariado, Engels fornece os detalhes que fundamentam aquele enunciado. Para o autor, os fundamentos da extinção do Estado estão, basicamente, no desaparecimento dos fatores (históricos) que lhe deram origem: os antagonismos de classe. Trata-se, portanto, de uma questão lógica. Daí que a grande questão teórica não é resolvida no final, mas, no começo. Ou seja, a chave para entender o futuro do Estado está na sua Origem.

A coerência desta conclusão teórica se fundamenta nos elementos descritos em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Nesta

obra, Engels, demonstra que todos esses elementos essenciais da sociedade são históricos, portanto, construídos pelo homem ao longo da sua luta para se manter vivo. Para Engels:

Quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo. Quando não existir nenhuma classe social que precise ser submetida; quando desaparecerem, juntamente com a dominação de classe, juntamente com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, nada mais haverá para reprimir, nem haverá necessidade, portanto, dessa força especial de repressão que é o Estado. O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será “abolido”, extingue-se (ENGELS, entre 1878 e 1886, p.332).

### **3.4 A Guerra Civil na França**

Como se afirmou, anteriormente, Marx e Engels desenvolviam suas atividades teóricas, paralelamente às lutas desenvolvidas pelo movimento operário. Ambos estavam efetivamente engajados nas lutas sociais. A Liga dos Comunistas, responsável pela edição e divulgação do Manifesto foi sucedida pela Associação Internacional dos Trabalhadores ou 1ª Internacional, como historicamente ficou conhecida.

A partir do Conselho Geral da Internacional, os dois revolucionários vão contribuir com farta produção de material de agitação dirigido á classe operária européia e norte-americana. Destacou-se, nesse período, a intervenção teórica de Marx, através dos Manifestos do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana. Esta guerra foi empreendida em 1870, pela França, comandada por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, que havia tomado o poder através de um golpe de estado desde 1851 - fato analisado detalhadamente por Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* – contra a Alemanha do Imperador Bismarck.

Os exércitos de Luís Bonaparte foram rapidamente derrotados e os prussianos avançaram até próximo de Paris, sitiando-a. O chamado império se desmorona e a burguesia tenta retomar diretamente o poder, constituindo, em Paris, um “Governo de Defesa Nacional”. Era setembro de 1870. Esse novo governo tem pouco tempo de vida e começa dividindo, na prática, o poder real, com os operários que se encontram armados, compondo a Guarda Nacional. Em 28 de janeiro de 1871 este governo capitula, mas a Guarda Nacional assume a defesa de Paris e realiza um armistício com os vencedores, para que a Cidade não seja invadida, assumindo totalmente o governo/poder.

O velho governo, que se retirara para Versalhes, tenta desarmar a Guarda, mas esta resiste. Enquanto isto, os operários se organizam e decidem tomar o poder de uma vez. Assim, “a 26 de março é eleita e a 28 proclamada, A Comuna de Paris. O Comitê Central da Guarda Nacional, que até então havia exercido o poder, renunciou em favor da Comuna”.

A Comuna exerceu o poder por cerca de dois meses apenas, mas tomou várias medidas práticas importantes, que serviram como referência para a teoria ora estudada. A experiência da Comuna foi analisada por Marx, através de Manifesto, e exposto a 30 de maio de 1871, diante do Conselho

Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, sob o título de *A Guerra Civil na França*.

Em sua análise Marx demonstra, com riqueza de detalhes, o caráter e as manobras do antigo governo burguês que, instalado em Versalhes, passa a buscar apoio entre os demais aliados da Europa. O velho governo burguês, liderado por Thiers, convenceu a todos eles sobre o que representava a Comuna, angariando-lhes apoio, inclusive do próprio Bismarck, que assinou acordo para libertar os soldados do exército recém derrotado.

Assim, aproveitando as falhas estratégicas militares da Comuna, o velho poder reagrupa forças e reorganiza um exército a partir dos prisioneiros libertos. E passa a atacar Paris. É sabido que a negociação com o governo prussiano custou alguns milhões de francos deixados intactos nos cofres do Banco da França. Para Marx, e Engels, este foi um dos inexplicáveis erros da Comuna, não ter se apropriado do Banco. Fatos como este, são exemplos do que propiciou à burguesia, em tão pouco tempo, esmagar a primeira experiência revolucionária do proletariado organizado como classe dominante.

Marx integrará a experiência da Comuna como experiência histórica fundamental no conjunto da sua obra. Registre-se algumas passagens fundamentais desse relato analítico prestado ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, ainda no fervor dos acontecimentos:

Ao alvorecer de 18 de Março de 1871, Paris foi despertada com o clamor: “Viva a Comuna!”. Que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta os espíritos burgueses?

“Os proletários de Paris – dizia o manifesto do Comitê Central de 18 de março – em meio aos fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos. Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável

tornar-se donos de seus próprios destino, tomando o poder”. Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins (MARX, entre 1978 e 1986, p.78).

Nota-se que, após a reprodução do texto do Manifesto dos proletários de Paris, Marx chama atenção para a sua tese, já de conhecimento público, segundo a qual a velha máquina estatal, tal como se apresenta, não serve aos interesses da classe operária. Trata de uma ratificação dos elementos esboçados desde a edição do Manifesto do Partido Comunista em 1848: O proletariado ao assumir o poder deve centralizar os meios de produção nas mãos do estado, um novo Estado, qualificado como “o proletariado organizado em classe dominante” (ver item 2.5), ou, “ditadura do proletariado”, tal como se refere na Carta a Weidemeyer (ver item 3.2).

A seguir, Marx descreve uma das condições que possibilitaram a tomada do poder pelo proletariado, qual seja, a dissolução do exército (que havia se rendido aos vencedores prussianos) e a sua substituição pela Guarda Nacional, esta formada basicamente por operários. No seu registro refere-se à primeira medida tomada pela Comuna: a substituição do exercito permanente, pelo “povo armado”. O Exército permanente, que é um destacamento especial de repressão do Estado, contra o povo – conforme já se viu em definições anteriores dos autores – foi substituído justamente pelo seu contrário.

O povo armado, ainda que tenha como objetivo a repressão (função estatal típica) esta já perdeu sua característica essencial de Estado - enquanto uma força estranha acima da sociedade. Portanto, já não é um Estado propriamente dito. Nesse processo, aparece um dos elementos essenciais do Não-Estado, que se expressou na prática:

Paris, sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, baluarte social da classe operária da França, levantara-se em armas

contra a tentativa de Thiers e dos “rurais” de restaurar e perpetuar aquele velho poder que lhes havia sido legado pelo Império. E se Paris pôde resistir foi unicamente porque, em conseqüência do assédio, desfizera-se o exército, substituindo-o por uma Guarda Nacional, cujo principal contingente era formado pelos operários. Trata-se agora de transformar esse fato numa instituição duradoura. Por isso, o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado (MARX, entre 1978 e 1986, p.80-81).

As medidas práticas, políticas e econômicas se multiplicaram ao longo do período. Marx busca uma análise de conjunto, englobando as mais significativas, como pode ser observado neste relato analítico a seguir:

A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar sendo um instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários dos demais ramos da administração. A partir dos membros da Comuna, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber salários de operários. Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos signatários. Os cargos públicos deixaram de ser propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Nas mãos da Comuna concentrou-se não só a administração municipal, mas toda a iniciativa exercida até então pelo Estado (MARX, entre 1978 e 1986, p.81).

As medidas, acima mencionadas, negam a velha forma de Estado, e anunciam a nova: o Não Estado. São elas: 1. A negação do caráter parlamentar da Comuna, com a unificação das funções executiva e legislativa, constituindo-a numa corporação de trabalho. 2. A demissibilidade, a qualquer

momento, dos funcionários e a revogabilidade dos mandatos dos membros da Comuna, bem como a extinção dos altos cargos. 3. O fato de todos os ocupantes de cargos públicos, inclusive os membros da Comuna, receberem salários de operários.

Uma vez suprimidos o exercito permanente e a polícia, que eram os elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava impaciente por destruir a força espiritual de repressão, o “poder dos padres”, decretando a separação da igreja do Estado e a expropriação de todas as igrejas como corporações possuidoras. Os padres foram devolvidos ao retiro da vida privada, a viver dos óbulos dos fiéis, como seus antecessores, os apóstolos. Todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda a intromissão da igreja e do Estado. Assim, não somente se punha o ensino ao alcance de todos, mas a própria ciência se redimia dos entraves criados pelos preconceitos de classes e o poder do governo.

Os funcionários judiciais deviam perder aquela fingida independência que só serviria para disfarçar sua abjeta submissão aos sucessivos governos, aos quais iam prestando sucessivamente, e violando também sucessivamente, o juramento da fidelidade. Assim como os demais funcionários públicos, os magistrados e juízes deviam ser funcionários eletivos, responsáveis e demissíveis (MARX, entre 1978 e 1986, p.80-81).

No excerto acima, Marx, destaca as medidas tomadas em relação ao judiciário, á igreja e à escola. Aos Magistrados e Juízes são estendidos os mesmos critérios empregados aos demais membros do novo Estado: *eletividade, responsabilidade e demissibilidade*. Quanto à religião, esta é transformada em assunto privado, deixando de ser parte do Estado. As propriedades da Igreja são confiscadas, e, a Escola “emancipada da intromissão da Igreja e do Estado, além de aberta a todos”.

O conjunto destas três medidas já carregam em seu conteúdo alguns princípios básicos da teoria do Não-Estado. Ou seja, o fato de os Juízes e Magistrados serem igualados aos demais funcionários públicos, assim como o foram todos os membros da Comuna, significa um grande salto para a negação do velho Estado, uma vez que o proletariado toma efetivamente o controle de mais esta ação estatal.

Embora isto ocorra através do sistema de representação que, em sentido amplo, é uma característica do Estado burguês, na medida em que se combina a eletividade com a removibilidade ou demissibilidade a qualquer momento, foge-se daquela essência. Especialmente com relação ao judiciário, cuja fingida independência é notória no Estado atual.

No caso da separação Igreja/Estado, Marx, já havia tematizado o assunto em *A Questão Judaica* como uma medida necessária ao próprio Estado Burguês, para atingir sua plenitude. O que há de novo é o confisco das posses da Igreja. No texto a seguir pode ser constatada a extensão de uma série de medidas ao conjunto da França. A Comuna tomou a decisão de garantir o princípio da autonomia das localidades e dos delegados com mandatos imperativos. Este tipo de mandato vinculava o mandatário às decisões (instruções) de sua base, o qual funcionava como uma espécie de porta-voz do coletivo:

No breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, diz-se claramente que a Comuna devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto. As Comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembléia de delegados na capital do distrito correspondente e essas assembléias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, entendendo-se que todos

os delegados seriam substituídos a qualquer momento e comprometidos com um mandato imperativo (instruções) de seus eleitores. As poucas, mas importantes funções que restavam ainda a um governo central não se suprimiram, como se disse, falseando propositadamente a verdade, mas serão desempenhadas por agentes comunais e, portanto, estritamente responsáveis. (MARX, entre 1978 e 1986, p.81-82).

Marx prossegue descrevendo a questão do sufrágio universal. Vale lembrar que àquela época, a burguesia ainda não controlava o poder de Estado. Portanto, “este direito” ainda não era garantido. É somente no século XX que esse direito se firmará como objetivo estratégico do Estado burguês, qual seja, o de se legitimar como o representante de toda a sociedade, mascarando a sua condição real de instrumento de opressão exploração da burguesia sobre o proletariado.

Não obstante, a observação do autor, a respeito do sufrágio universal, torna-se válida na medida em que, e sobretudo porque, trata-se de forma que permite a participação real, desde que com o caráter implementado pela Comuna, ou seja, a eleição de delegados com mandatos imperativos, além da removibilidade e demissibilidade. O que se há de garantir é que esta forma, mesmo com a marca inaugurada pela Comuna, não seja a regra. Pressupõe-se que a regra, nesta nova forma de organização social, deva ser a participação direta de todos os indivíduos, coletivamente, nas tomadas de decisões.

Em lugar de decidir uma vez a cada três ou seis anos, que membro da classe dominante devem representar (representar mal, trair) e esmagar o povo no Parlamento, o sufrágio universal deveria servir ao povo organizado em Comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve aos patrões que procuram operários administradores para seus negócios. E é um fato perfeitamente conhecido que tanto as companhias como os indivíduos quando se trata de negócios, sabem

geralmente colocar cada homem no lugar que lhe cabe e, se erram alguma vez, reparam o erro com presteza. Por outro lado, nada podia ser mais alheio ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica (MARX, entre 1978 e 1986, p.82).

Marx qualifica a experiência histórica do proletariado de Paris, em primeiro lugar, como *“um governo da classe operária”*, e em segundo, como *“a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação do trabalho”*. São qualificações que na concepção do autor, coloca a experiência da Comuna como a primeira grande manifestação do poder popular, ainda que esta experiência tenha sido de duração efêmera.

A sociedade futura - conforme declarado, expressamente, em vários textos de sua lavra - não é um modelo sonhado por ele, e por Engels. Mas, acima de tudo, diretrizes, elementos, princípios gerais, pressupostos e possibilidades, para onde tende a humanidade. Os elementos da nova sociedade foram identificados dentro das velhas formas de organização social, principalmente a forma a burguesa. Nesta passagem o autor sintetiza suas teses anteriores:

A variedade de interpretações a que tem sido submetida a Comuna e a variedade de interesses que a explicam em seu benefício, demonstram que era uma forma política perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo, todas elas fundamentalmente repressivas. Eis o seu verdadeiro segredo: **a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária**. Fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, **a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho**.

A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir “par décret du peuple” (por decreto do povo). **Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para**

**a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico**, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio (grifo nosso) (MARX, entre 1978 e 1986, p.83-84).

## **A Introdução de Engels**

Por ocasião do vigésimo aniversário da Comuna, em 1891, o companheiro de Marx foi instado a escrever uma introdução à *Guerra Civil na França*, a ser publicada em nova edição. No texto, datado de 18 de março de 1891, Engels acrescenta algumas informações e comentários a determinadas medidas não relatadas por Marx. Note-se, por exemplo, o excerto de Engels a seguir:

A 26 de março foi eleita, e a 28 proclamada, a Comuna de Paris. O Comitê Central da Guarda Nacional, que até então havia exercido o poder, renunciou em favor da Comuna, depois de decretar a abolição da escandalosa “polícia de costumes” de Paris. A 30, a Comuna suprimiu o serviço militar obrigatório e o exercito permanente, reconhecendo a Guarda Nacional como a única força armada, á qual deviam pertencer todos os cidadãos válidos. Isentou os pagamentos de aluguel de moradias de outubro de 1870 até abril de 1871, abonando para futuros pagamentos de aluguéis as importâncias já recolhidas, e suspendeu a venda de objetos empenhados nos estabelecimentos municipais de empréstimos. No mesmo dia foram confirmados em seus cargos os estrangeiros eleitos para a Comuna, pois “a bandeira da Comuna é a bandeira de república mundial”. A 1º de abril foi decidido que o salário mais elevado de um funcionário da Comuna, e portanto de seus próprios membros, não podia exceder de 6 mil francos (4800 marcos). No dia seguinte a Comuna decretou a separação da Igreja do estado e a supressão das subvenções do Estado para fins religiosos, declarando propriedade nacional todos os

bens da Igreja; em conseqüência, foi dada a ordem, a 8 de abril, para que se retirassem das escolas todos os símbolos religiosos, imagens, dogmas, orações, em uma palavra, “tudo o que esteja na órbita da consciência individual” (ENGELS, entre 1978 e 1986, p.43-44).

O texto de Engels faz acréscimos, importantes, em relação às formulações de Marx. O autor desenvolve a relação Estado/Escola/Igreja, de uma maneira não abordada por Marx, a saber, o corte dos subsídios e subvenções às igrejas, e a retirada dos símbolos e imagens destas, existentes nas escolas. Assim, fica mais clara a relação antes existente e o nível da ruptura.

Merece registro, ademais, a confirmação dos cargos aos estrangeiros eleitos para a Comuna. Trata-se de um princípio bastante caro à sociedade Comunista: a *internacionalização*. Afinal, segundo a concepção dos autores, o proletariado não tem pátria. O seu berço é a humanidade.

Também merece destaque a questão da Guarda Nacional, que substituiu o exército permanente e devia ser integrada por todos os cidadãos válidos. É a mesma situação do “povo em armas”, que a teoria vai identificar como a característica básica das sociedades antigas que não conheceram o Estado. Esse aspecto se constitui o pressuposto essencial da nova forma de organização social, onde os problemas e os conflitos serão resolvidos, não através de uma força especial acima da sociedade, mas, por esta, coletivamente.

Os autores consideram esse elemento como um dos pressupostos fundamentais, inclusive, com relação à tomada do poder, que deve ser efetivada pelo proletariado organizado e armado e não por um grupo de conspiradores. A este respeito, Marx e Engels, e a *própria Internacional*

*Comunista*, travaram forte batalha teórica com outras organizações da sua época.

A afirmação de Engels, a seguir exposta, apesar de longa, é de extrema importância para se entender a polêmica em torno da teoria:

Os membros da Comuna dividiam-se em uma maioria de blanquistas, que haviam predominado também no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria de membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre os quais prevaleciam os adeptos da escola socialista de Proudhon. Naquela época, os blanquistas, em seu conjunto, eram socialistas só por instinto revolucionário e proletário; somente um reduzido número dentre eles alcançara uma maior clareza de princípios, graças a Vaillant, que conhecia o socialismo científico alemão. Eis porque a Comuna deixou de realizar, no terreno econômico, coisas que, do nosso ponto de vista atual, devia ter feito. O mais difícil de compreender é, sem dúvida, o sagrado temor com que aqueles homens se detiveram respeitosamente nos portões do Banco da França. Foi esse, além do mais, um grave erro político. Nas mãos da Comuna, o Banco da França teria valido mais do que dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o Governo de Versalhes para que negociasse a paz com a Comuna.

Mas o mais maravilhoso ainda é a quantidade de coisas justas feitas pela Comuna, apesar de composta de proudhonianos e blanquistas. Sem dúvida, cabe aos proudhonianos a principal responsabilidade pelos decretos econômicos da Comuna, tanto no que tinham de positivo como de negativo; aos blanquistas cabe a principal responsabilidade pelos atos e omissões no terreno político. E em ambos os casos quis a ironia da história – como geralmente acontece, quando o poder passa para as mãos dos doutrinários – que tanto uns como outros fizessem o contrário daquilo que prescrevia a doutrina de sua escola respectiva.

Proudhon, o socialista dos pequenos camponeses e do artesanato, odiava positivamente a associação. Dizia que ela possuía mais de mau do que de bom; que era estéril por natureza, embora nociva, como um entrave à liberdade do trabalhador: que era um puro dogma,

improdutivo e oneroso, contrário tanto à liberdade do operário como à economia do trabalho; que os seus inconvenientes desenvolviam-se com mais rapidez do que suas vantagens; que, em face dela, a livre concorrência, a divisão do trabalho e a propriedade privada mantinham-se como forças econômicas. Só em casos excepcionais – assim chamava Proudhon a grande indústria e as grandes empresas como, por exemplo, as estradas de ferro – havia lugar para a associação dos operários (ver *Idéia Geral da Revolução*, 3ª edição).

Em 1871, e em Paris mesmo, dentro do artesanato artístico, a grande indústria deixara já a tal ponto de ser um caso excepcional que o mais importante de todos os decretos da Comuna determinava uma organização para a grande indústria, inclusive a manufatura, que não se baseava só na associação de operários dentro de cada fábrica, mas devia também unificar todas essas associações numa grande federação; em suma, numa organização que, como diz muito bem Marx em *A Guerra Civil*, teria afinal conduzido forçosamente ao Comunismo, isto é, ao antípoda direto da doutrina proudhoniana. Por isso a Comuna foi a sepultura da escola proudhoniana do socialismo.

Não foi melhor a sorte que tiveram os blanquistas. Educados na escola da conspiração e mantidos coesos pela rígida disciplina que corresponde a essa escola, os blanquistas partiam da idéia de que um grupo relativamente reduzido de homens, decididos e bem organizados, estaria em condições não só de apoderar-se na direção do Estado num momento propício, mas também, desenvolvendo ação enérgica e incansável, seria capaz de manter-se até conseguir arrastar à revolução as massas do povo e carrega-las em torno de um pequeno grupo dirigente. Isso conduzia, sobretudo, à mais rígida e ditatorial centralização de todos os poderes nas mãos do novo governo revolucionário. Mas, o que fez a Comuna, composta em sua maioria precisamente de blanquistas? Em todas as proclamações dirigidas aos franceses das províncias, a Comuna exortava à criação de uma federação livre de todas as comunas da França com Paris, uma organização nacional que, pela primeira vez, devia ser criada pela própria nação. Exatamente poder opressor do antigo governo centralizado – o exército, a polícia política e a burocracia – instituído por Napoleão em 1798 e que, desde então, cada novo governo havia herdado como um instrumento eficaz, empregando-o contra os seus

inimigos – exatamente essa força é que deveria ser derrubada em toda a França, como o fora em Paris (Engels, entre 1978 e 1986, p.48-50).

A importância desta passagem diz respeito, essencialmente, à polêmica, uma vez que os demais elementos já haviam sido tratados por Marx. Nota-se que a Comuna foi dirigida por duas correntes de pensamento adversas às teses de Marx e Engels. Os proudhonianos, seguidores do filósofo francês Proudhon, que nutria ilusões pelo reformismo do Estado, e se notabilizou ao escrever um livro criticando a teoria de Marx, intitulado *A filosofia da miséria*, contra o qual Marx atacou com sua obra *A miséria da filosofia*. Os blanquistas, seguidores da liderança de um operário, August Blanqui, representavam aquilo que Engels sintetizou acima: um grupo desprovido de acúmulo teórico e voltado para as ações conspirativas.

Neste particular, a teoria sai do episódio bastante fortalecida. O próprio Engels sentencia que a Comuna representou o enterro da escola socialista de Proudhon. Pode-se inferir também que, em última instância, quem determina é a classe, como elemento objetivo real que é, da teoria. Por isto, quando os fatos são protagonizados pela classe proletária, a depender das circunstâncias, ela pode levar estes fatos à negação da teoria dos seus líderes.

Na passagem seguinte, Engels, reafirma o princípio da necessária destruição da velha máquina do Estado (textualmente ele escreve “abandono”), alertando ser fundamental a prevenção contra os ocupantes da nova máquina estatal. Esta prevenção se traduz na demissibilidade de todos eles, sem exceção. O pressuposto conforme foi tratado por Marx em *A Ideologia Alemã*, é de que os homens que integrarão a nova sociedade são os mesmos que constituíam a velha. O proletariado não faz a revolução porque atingiu uma nova consciência – entendida aqui como a adoção de novos valores sociais.

A revolução (tomada do poder) ocorre porque as contradições tornaram a situação “intolerável”. Entretanto, os valores dominantes ainda são os do individualismo, do egoísmo, etc, construídos pela velha forma de organização social alienadora. A prevenção é uma forma prática de se evitar os desvios, e ao mesmo tempo uma forma concreta de se combater as velhas relações e os velhos valores construídos.

Porque somente na prática cotidiana de novas formas de relações sociais é que os indivíduos poderão evoluir para a o sentimento de que a individualidade não é o todo. Dito de outra forma, o homem não é, ou não se fez homem, sozinho, de forma individual. Ele se fez, e se faz homem num processo social, ou seja, em relação com os outros homens. Assim, a recuperação da integralidade do homem não está somente em abdicar da ideologia do “ter”, mas também, e, sobretudo, abdicar da ideologia do “ser”, de forma isolada.

O verdadeiro reencontro se daria no momento em que o homem descobre – através da vivência que a sua essência está na espécie e não no indivíduo. Em suma, o importante não é “ser” sozinho, mas “ser” em relação com o outro, entendendo esta preposição “com” como um conjunto, como comunidade, substituindo a ideologia do ser mais que o outro, pela comunidade de seres, cada um desenvolvendo as suas potencialidades, as quais são naturalmente diferenciadas.

De acordo com Engels:

A Comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina do Estado; que para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, de outro, **prevenir-se contra os seus próprios**

**mandatários e funcionários**, declarando-os demissíveis a qualquer tempo e sem exceção (ENGELS, entre 1978 e 1986, p.48-50).

No mesmo diapasão é que se entende as medidas a seguir abordadas por Engels, que também já haviam sido comentadas por Marx, de outra maneira. O preenchimento de todos os cargos por eleição, a revogabilidade e a questão dos mandatos imperativos, ou seja, que o delegado ao ser eleito recebe instruções expressas e determinadas dos seus eleitores para votar nas instâncias superiores, estritamente conforme as mesmas:

Em primeiro lugar, preencheu todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério através de eleições, mediante sufrágio universal, concedendo aos eleitores o direito de revogar, a qualquer momento, o mandato concedido. Em segundo lugar, todos os funcionários, graduados ou modestos, eram retribuídos como os demais trabalhadores. O salário mais alto pago pela Comuna era de seis mil francos. Punha-se desse modo, uma barreira eficaz ao arrivismo e à caça aos altos empregos, e isso sem falar nos mandatos imperativos dos delegados aos corpos representativos, que a Comuna igualmente introduziu (ENGELS, entre 1978 e 1986, p.50-51).

Vejamos a colocação de Engels a respeito desta experiência histórica para o movimento operário mundial:

Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na república democrática quanto como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado.

Ultimamente, as palavras “ditadura do proletariado” voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem,

senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado! (Londres, no vigésimo aniversário da Comuna de Paris, 18 de março de 1891) (ENGELS, entre 1978 e 1986, p.51).

Para Engels, conforme se lê no texto acima, a Comuna representou uma verdadeira “ditadura do proletariado”. Registre-se que o autor faz esta afirmativa se dirigindo ao “filisteu social-democrata”. Trata-se do fato de que, enquanto na época da Comuna, 1871, as principais polêmicas se davam contra os dois grupos mencionados antes (blanquistas e proudhonianos), - cujas idéias, segundo Engels, foram sepultadas pela Comuna - vinte anos depois, em 1891, quando o autor está escrevendo esta *Introdução*, haviam surgido novas polêmicas, com novos opositores.

Engels se dirige aqui a uma nova corrente que, também dentro do movimento operário, vai combater a teoria do Não-Estado, ou seja, as correntes que apenas pretendem reformar o Estado burguês, pugnano pela existência de uma “democracia pura” que realizaria a conciliação das classes, em contraste com a “ditadura do proletariado” que seria, para essas correntes de opinião, apenas mais uma forma de opressão<sup>1</sup>.

Observa-se que, tanto Marx como Engels, não se limitaram a denunciar as atrocidades patrocinadas pela burguesia para esmagar a Comuna e assassinar milhares de operários e desterrar outros milhares. Ou ainda, não se limitaram à condenação dos erros na condução do processo. Ao contrário, os dois teóricos revolucionários debruçaram-se com profundidade sobre a experiência concreta da Comuna e procuraram extrair dela todos os ensinamentos (negativos e positivos) e pela exaltação destes últimos. Concluindo por qualificá-la com “a forma afinal descoberta para a emancipação

---

<sup>1</sup> Esta polêmica será melhor desenvolvida Lênin na sua clássica obra : O Estado e a revolução .

do trabalho” e “Governo da classe operária” (Marx) e “Ditadura do Proletariado” (Engels).

### **3.5 Crítica ao Programa de Gotha**

O principal centro de desenvolvimento político do proletariado europeu, desde a década de 1840, era a França. Com a derrota da Comuna de Paris, outros centros que já passavam por experiências de menor significado, começaram a ocupar o espaço no cenário internacional. A Alemanha se destaca a partir de então.

Na França, o proletariado participara, juntamente com a burguesia, de armas na mão, da violenta derrubada da velha classe feudal e de suas tentativas de restauração. Inicialmente como instrumento da burguesia, a partir de 1848 o proletariado entra em cena com reivindicações próprias.

Na Alemanha, bastante diferente da França, o ambiente em que o proletariado alemão se desenvolveu foi determinado pelas experiências de ocupação dos espaços políticos gestados pela burguesia em ascensão, ou se unindo a ela (de forma consciente ou inconsciente), em torno de várias reivindicações. Daí que a questão parlamentar e as ilusões sobre as possibilidades de reformar o Estado burguês, se tornaram dominantes. Cresceu a organização dos operários, e o seu Partido, o Partido Operário Alemão, cresceu junto, porém, apenas no aspecto quantitativo. Pois, a cada passo dado, dava sinais de negação da teoria de Marx e Engels, até negá-la por inteiro.

A obra a seguir comentada trata justamente das críticas de Marx ao programa que o Partido dos operários alemães se propunha a adotar em seu

congresso na cidade de Gotha. O Congresso se realizou de 22 a 27 de maio de 1875 e, além de adotar tal programa, selou a unificação de duas organizações operárias alemãs existentes na época: Partido Operário Social-Democrata, dirigido por Liebknecht e Bebel, e a Associação Geral dos Operários Alemães, “acaudilhada” (termo usado por Engels posteriormente) por seguidores das idéias de Ferdinand Lassalle. O novo Partido passou a se chamar Partido Socialista Operário da Alemanha.

Embora escrita em início de maio de 1875 e enviada logo a seguir a Brake, um dos companheiros e membro da organização de Bebel e Liebknecht, a publicação da mesma só ocorre em 1891, por solicitação de Engels que objetivava desmascarar o uso deturpado das idéias de Marx no Congresso a ser realizado em novembro daquele ano. Houve resistência da direção do partido em publicá-la, como se depreende da *carta de Engels a Kautsky*, de fevereiro de 1891:

Dizes que Bebel te escreve afirmando que a forma com que Marx trata Lassalle irritou profundamente os velhos lassallianos. É possível. As pessoas não conhecem a verdadeira história e não foi mau que tivesse sido explicada. Eu não tenho culpa de que essa gente ignore que Lassalle devia toda a sua personalidade ao fato de que Marx lhe permitiu, durante muitos anos, enfeitar-se com os frutos de suas investigações como se fossem dele, deixando-lhe, além disso, que as tergiversasse por falta de preparo em matéria de economia. Mas, eu sou o testamento literário de Marx, e isto me impõe deveres.

Lassalle passou à história desde há 26 anos. E se, enquanto esteve em vigor a lei de exceção, a crítica histórica deixou-o em paz, vai chegando finalmente a hora de que se faça luz sobre a posição de Lassalle em relação a Marx. A legenda que envolve e glorifica a verdadeira figura de Lassalle não pode converter-se em artigo de fé para o Partido. Por muito que se queiram destacar os méritos de Lassalle no movimento, seu papel histórico dentro dele continua sendo um papel dúplice. O socialista Lassalle é seguido, como o corpo pela sombra, pelo demagogo Lassalle. Por trás do agitador e do

organizador, assoma o advogado Lassalle, que dirige o processo de Hatzfeld (processo de divórcio da condessa de Hatzfeld, que Lassalle patrocinava, na qualidade de advogado, nos anos de 1845/1854); o mesmo cinismo quanto à escolha dos meios e a mesma predileção por rodear-se de pessoas suspeitas e corrompidas, que só se utilizam ou se desprezam como simples instrumentos. Até 1826 foi, em sua atuação prática, um democrata vulgar especificamente prussiano com marcadas inclinações bonapartistas (acabo precisamente de reler suas cartas a Marx); em seguida mudou subitamente, por razões puramente pessoais, e começou suas campanhas de agitação; e nem bem havia transcorrido dois anos, propugnava que os operários deviam tomar o partido da monarquia contra a burguesia, e se envolveu em intrigas tais com Bismarck, com ele afim em caráter, que forçosamente o teriam conduzido a trair de fato o movimento se, para sorte dele, não lhe houvessem acertado um tiro em tempo. Em seus escritos de agitação, as verdades que tomou de Marx, estão tão embrulhadas com suas próprias embrulhações, geralmente falsas, que é mesmo difícil separar umas coisas das outras. O setor operário que se sente ferido pela opinião de Marx, só conhece de Lassalle seus dois anos de agitação; e, além disso, vistos sob um prisma róseo. Mas, a crítica da história não pode prosternar-se eternamente diante de tais preconceitos. Para mim, era um dever revelar de uma vez as verdadeiras relações entre Marx e Lassalle. Já está feito. Posso contentar-me com isto, até o momento. Ademais, eu próprio tenho agora outras coisas que fazer. E o implacável juízo de Marx sobre Lassalle, já publicado, se encarregará por si só de surtir seu efeito e infundir ânimo a outros. Mas, se me visse obrigado a isso, não teria outro remédio senão acabar de uma vez para sempre com a lenda de Lassalle (ENGELS, entre 1978 e 2986, P.233-234).

A citação acima, apesar de demasiado longa, é de fundamental importância para o entendimento dos fatos e dos personagens que protagonizaram a aplicação prática da teoria ora estudada. Deve-se ressaltar a diferença em relação ao desenvolvimento do processo ocorrido na França. Enquanto lá o desencadeamento dos fatos marchou para a negação do

estado, em consonância com a teoria, na Alemanha ele marchou para a exaltação do Estado, em contraposição à teoria.

Na crítica a Lassalle, esboçada por Engels, observa-se de onde vieram e (até certo ponto) como se desenvolveram os germes que, juntamente com outros (não abordados aqui) iriam direcionar a política do principal Partido Operário da Europa no século XIX (o alemão) para a negação da teoria sistematizada pelos dois mais ilustres teóricos daquele país e membros daquela organização operária.

No excerto acima, Engels expõe o seu posicionamento (e o de Marx) com relação a Lassalle cujas idéias, como se verá mais adiante, na crítica direta de Marx, determinaram o conteúdo do programa do partido aprovado em Gotha. A carta é dirigida a Kautsky que, mais tarde, assumiria a condição de principal teórico do partido e culminará com a negação total da teoria de Marx e Engels.

O Partido alemão cresceu e conquistou razoável espaço no parlamento que, alimentado principalmente por aqueles elementos herdados de Lassalle, conduziram os seus dirigentes a uma política de reafirmação do Estado burguês. Para se ter uma idéia do rumo que esta tendência tomou, em 1914, seus deputados no Parlamento aprovaram os créditos orçamentários para a Alemanha participar da guerra imperialista. Este assunto voltará a ser abordado mais adiante por ocasião da análise da concepção de Lênin (no capítulo seguinte desta monografia).

Quanto ao Programa de Gotha, vale a pena destacar alguns elementos da crítica elaborada por Marx, em carta a Brake, de 05 de maio de 1875. A este respeito, Marx fez a seguinte observação:

Isto à parte, tenho o dever de não reconhecer, nem sequer através do silêncio diplomático, um programa que é, em minha convicção, absolutamente inadmissível e desmoralizador para o partido (MARX, entre 1978 e 1986, p.207).

Marx analisa o programa, tanto em relação às medidas econômicas quanto às políticas. O autor começa sua análise, sempre de forma detalhada, a partir das características da sociedade futura, no âmbito das relações econômicas, especialmente quanto à distribuição da produção, demonstrando os equívocos e as incoerências daquele *Programa*, com base nos termos utilizados, a exemplo de que “toda a riqueza vem do trabalho”, todos têm “direito ao fruto íntegro do trabalho” e “repartição eqüitativa”.

Os termos e o conteúdo, utilizados no Programa que, segundo Marx, teriam sido copiados das idéias de Lassalle - são inexatos, e por isso geravam confusão. Até porque, para se atingir a sociedade comunista, há que se passar por uma fase transitória onde o direito é igual no sentido burguês:

Apesar deste progresso, este **direito igual** continua trazendo implícita uma limitação burguesa. O direito dos produtores é **proporcional** ao trabalho que prestou; a igualdade, aqui, consiste em que é medida pelo **mesmo critério**: o trabalho.

[...] Este direito **igual** é um direito desigual para trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque aqui cada indivíduo não é mais do que um operário como os demais; mas reconhece, tacitamente, como outros tantos privilégios naturais, as desiguais aptidões dos indivíduos, e, por conseguinte, a desigual capacidade de rendimento. **No fundo é, portanto, como todo direito, o direito da desigualdade** (MARX, entre 1978 e 1986, p.214).

O desenvolvimento desse raciocínio, no limite, torna visível o fato de que, a desigualdade reside justamente no terreno das necessidades. Acostumados aos critérios de troca de equivalentes do direito burguês, nos

esquecemos que os indivíduos são naturalmente e socialmente desiguais. Assim, se a distribuição é feita com base no trabalho, e não no potencial de consumo, uns irão receber mais do que outros. Marx afirmará que “para evitar todos estes inconvenientes, o direito não teria que ser igual, mas desigual”. Porem afirma logo a seguir:

Estes defeitos, porém, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista, depois de um longo e doloroso parto. O direito não pode ser nunca superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado.

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: *De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades* (MARX, entre 1978 e 1986, p.214-215).

Marx insiste em apontar o longo caminho de transição a ser percorrido pela sociedade até a nova forma de organização social. Nesse sentido, mostra as limitações do direito burguês com sua igualdade na desigualdade, a qual só serve à manutenção da atual forma de organização social. A verdade é que toda a exposição visa demonstrar que o conteúdo do “Programa de Gotha” foge totalmente da realidade, está cheio de termos que geram confusão e não apontam, para a nova sociedade.

Nesse aspecto o *Programa* limita-se à seguinte afirmação:

A fim de preparar o caminho para a solução do problema social, o Partido Operário Alemão exige que sejam criadas cooperativas de produção, **com a ajuda do Estado e sob controle democrático do povo trabalhador**. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção **deverão ser criadas** em proporções tais, **que delas surja a organização socialista de todo o trabalho** (MARX, entre 1978 e 1986, p.219).

A propósito dessa proposta, Marx ironiza, qualificando-a de “panacéia do profeta”. Nas suas próprias palavras:

Depois da “lei de bronze” de Lassalle, vem a panacéia do profeta. Esse lhe “prepara o caminho” de um modo digno. A luta de classes existentes é substituída por uma frase de jornalista o “**problema**” social, para cuja “**solução**” “prepara-se o caminho”. A “organização socialista de todo o trabalho” não é resultado do processo revolucionário de transformação da sociedade, mas “surge” da “ajuda do Estado”, ajuda que o Estado presta às cooperativas de produção “**criadas**” por ele e não pelos operários. Esta fantasia de que com empréstimos do Estado pode-se construir uma nova sociedade como se constrói uma ferrovia é digna de Lassalle! (MARX, entre 1978 e 1986, p.219-220).

É por isso que o autor prefere dizer que o programa está totalmente falso e equivocado, em relação às teses do socialismo científico, tanto neste particular quanto nas demais questões, que se verá a seguir.

A afirmação, no programa, de que “partindo desses princípios o partido aspira, por todos os meios legais, a implantação do Estado livre e da sociedade socialista” despertou enorme atenção de Marx. Segue-se um trecho que, apesar de longo, ajuda a entender a crítica de Marx sobre o que é Estado livre:

A missão do operário que se libertou da estreita mentalidade do humilde súdito, não é, tornar livre o Estado. No Império Alemão, o “Estado” é quase tão “livre” como na Rússia. A liberdade consiste em converter o Estado de órgão que está por cima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela, e as formas de Estado continuam sendo hoje mais ou menos livres na medida em que limitam a “liberdade do Estado”.

O Partido Operário Alemão – pelo menos se fizer seu este programa – demonstra como as idéias do socialismo não lhe deixaram sequer marcas superficiais; pois que, em vez de tomar a sociedade existente (e o mesmo podemos dizer de qualquer sociedade no futuro) como base do Estado existente (ou do futuro, para uma sociedade futura), considera mais o Estado como um ser independente, com seus próprios fundamentos espirituais, morais e liberais.

Além disso, que dizer do abuso com que o programa faz uso das palavras “Estado atual”, “sociedade atual” e da incompreensão ainda mais estúpida manifestada relativamente ao Estado, ao qual dirige suas reivindicações!

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida. Pelo contrário, o “Estado atual” se modifica com as fronteiras de cada país. No Império prussiano é diverso do que existe na Suíça, na Inglaterra é diferente do dos Estados Unidos. O “Estado atual” é, portanto, uma ficção.

Entretanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, em que pese a confusa diversidade de suas formas têm em comum o fato de que todos eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida do que em outros, no sentido capitalista. Têm também, portanto, certos caracteres essenciais comuns. Neste sentido, pode-se falar do “Estado atual”, em oposição ao futuro, no qual sua atual raiz, a sociedade burguesa, ter-se-á extinguido.

Cabe, então, a pergunta: que transformação sofrerá o Estado na sociedade comunista? Ou, em outros termos: que funções sociais, análogas às atuais funções do Estado, subsistirão então? Esta pergunta só pode ser respondida cientificamente, e por mais que

combinemos de mil maneiras a palavra povo e a palavra Estado, não nos aproximaremos um milímetro da solução do problema.

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. *A este período corresponde também um período de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado.*

O programa, porém, não se ocupa desta última, nem do Estado futuro da sociedade comunista.

Suas reivindicações políticas não vão além da velha e surrada ladainha democrática: sufrágio universal, legislação direta, direito popular, milícia do povo, etc. São um simples eco do partido popular burguês, da liga pela Paz e a liberdade. [...].

Uma coisa, porém, foi esquecida. Já que o Partido Operário Alemão declara expressamente que atua dentro do “atual Estado Nacional”, isto é, dentro do seu próprio Estado, do Império Prussiano-Alemao – de outro modo, suas reivindicações seriam em sua maior parte, absurdas, pois só se exige o que não se tem -, não devia ter esquecido o principal, a saber: que todas estas lindas minudências têm por base o reconhecimento da chamada soberania do povo, e que, portanto, só têm cabimento numa República Democrática (MARX, entre 1978 e 1986, p. 220-222).

Como se observa, Marx procurou demonstrar, cabalmente, que ao adotar o Programa de Gotha, o Partido Operário Alemão comprova que “as idéias do socialismo não lhe deixaram sequer marcas superficiais”. A adoção do referido programa o transformava em mais um partido democrata liberal. Assim, tanto a destruição do Estado burguês como a transição para uma fase superior, a sociedade comunista (proporcionada pela *ditadura do proletariado*), são aspectos totalmente esquecidos e negados pela organização alemã.

### **Engels a Augusto Bebel**

Um pouco antes da carta de Marx a Brake, em março daquele ano de 1875, Engels escrevera uma carta a Bebel - um então destacado líder operário alemão e dirigente do partido – abordando o assunto de forma mais didática e que, portanto, esclarecia melhor a profundidade do desvio, ou mesmo a negação total da teoria do socialismo, pelo partido, ao adotar tal programa:

O Estado popular livre converteu-se no Estado livre. Gramaticalmente falando, Estado livre é um Estado que é livre com relação aos seus cidadãos, isto é, um Estado com um Governo despótico. Devia-se ter abandonado todo esse charlatanismo acerca do Estado, sobretudo depois da Comuna, que já não era um Estado no verdadeiro sentido da palavra. Os anarquistas nos lançaram repetidamente à face essa coisa de “**Estado popular**”, apesar de que já a obra de Marx contra Proudhon (*A Miséria da Filosofia*), e em seguida o **Manifesto Comunista** dizem claramente que, com a implantação do regime socialista, o Estado se dissolverá por si mesmo e desaparecerá. Sendo o Estado uma instituição meramente transitória, que é utilizada na luta, na revolução, para submeter os adversários pela violência, é um absurdo falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda **necessitar** do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade, mas para submeter os seus adversários, e tão logo que for possível falar-se em liberdade, o Estado como tal deixará de existir. Por isso, nós proporíamos que fosse dita sempre, em vez da palavra **Estado**, a palavra “Comunidade” (Gemeinwesen), uma boa e antiga palavra alemã que equivale à palavra francesa “Comune”.

“Supressão de toda desigualdade social e política”, em vez de “abolição de todas as diferenças de classe”, é também uma frase muito discutível. De um país para outro, de uma região para outra, até mesmo de um lugar para outro, existirá sempre uma certa desigualdade quanto às condições de vida, que poderão ser reduzidas ao mínimo, mas jamais suprimidas por completo. Os habitantes dos Alpes viverão sempre em condições diversas das dos habitantes da planície. A concepção da sociedade socialista como reino da **igualdade**, é uma idéia unilateral francesa, apoiada no velho lema de “liberdade, igualdade e fraternidade”; uma concepção que teve sua

razão de ser como **fase de desenvolvimento** em seu tempo e em seu lugar, mas que hoje deve ser superada, do mesmo modo que tudo que há de unilateral nas escolas socialistas anteriores, uma vez que só gera confusões, e porque, ademais, foram descobertas fórmulas mais precisas para expor o problema (ENGELS, entre 1978 e 1986, p.229-230).

Nesse excerto, Engels retoma, desenvolve e ratifica os princípios mais caros à teoria da sociedade sem Estado. Chama a atenção para a necessidade de o movimento operário aprender com a experiência da Comuna de Paris. E busca na língua alemã o termo que ele prefere para caracterizar essa forma transitória de Estado (que já não é um Estado em essência). Engels prefere o termo “Comunidade”, que em francês equivale a “Comune”.

Foram esses, e outros aqui não registrados, os passos dados pelos dois teóricos revolucionários, considerados os fundadores do socialismo científico, teoria esta que polarizou as ações do movimento operário europeu e, mesmo depois da morte de seus autores o continuou fazendo, como se verá a seguir, com o aparecimento de um novo centro de desenvolvimento do proletariado, no caso, a Rússia.

Enquanto o proletariado alemão marchava negando cada vez mais a teoria, o proletariado Russo – mesmo vivendo num país considerado mais atrasado do que a Alemanha – a partir da última década do século XIX, dá sinais de que está querendo aquele instrumental teórico. Nesse contexto, surge Vladimir I. Lênin, intelectual e militante Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR).

#### 4 VLADIMIR I. LÊNIN E A DITADURA DO PROLETARIADO

Lênin vai ratificar, integralmente, a teoria de Marx e Engels sobre o Estado. Dentro da Rússia, no combate aos mencheviques (minoridade dentro do Partido Operário Social-Democrata Russo - POSDR) e aos Socialistas-Revolucionários, as duas outras principais correntes que influenciavam o movimento operário daquele país. Estas correntes negavam as concepções de Marx e Engels.

Dentro do movimento internacional, Lênin combateu, de um lado, as tendências lideradas pelos teóricos alemães de revisão das teses de Marx – inicialmente por Eduard Bernstein e depois pelo próprio Karl Kautsky – e de outro, os anarquistas.

Os Mencheviques e os Socialistas-Revolucionários, na Rússia, igualmente aos teóricos “revisionistas” alemães, apostavam suas fichas teóricas e práticas nas possibilidades do Estado burguês resolver os problemas do proletariado. Os alemães, através da tomada desse Estado pelo proletariado, viam as eleições (a conquista paulatina da maioria no parlamento) e os Russos alimentavam a tese de alcançar o Estado – derrubando o velho poder czarista - em aliança com a burguesia, e realizar as reformas necessárias à melhoria das condições de vida do proletariado.

Os anarquistas, que também tinham seguidores dentro da Rússia, embora fossem um grupo insignificante dentro do movimento operário, concordavam com as teses de Marx e Engels na definição do caráter do Estado, como instrumento de opressão e exploração a serviço da classe dominante. Nesse ponto estavam em total acordo. A partir deste, os caminhos se separavam. Os anarquistas resumiam suas teses na “abolição do Estado”,

pura e simples, enquanto Marx e Engels, construíram a tese da necessidade de “destruição” da velha máquina estatal burguesa e a sua “substituição” por outra, “transitória”, que, não seria abolida, mas, *extinta*.

Além da reafirmação dos principais eixos das teses construídas por Marx e Engels, Lênin acrescentará outros elementos fundamentais, como fruto da sua experiência na Rússia e que, conforme registra a história, foi riquíssima. Assim, enquanto o movimento operário alemão se deixava fascinar pelo espaço ocupado no parlamento e, liderado teoricamente pelas teses revisionistas de Bernstein e Kautsky - aprofundando cada vez mais aqueles desvios apontados por Marx e Engels no *Programa de Gotha* (ver item 2.5). O Partido Operário Alemão liderava a tendência do movimento operário internacional para a teoria do nacionalismo chauvinista terminando por apoiar a participação do seu país na guerra imperialista, apesar da forte resistência (dentro do próprio partido) liderada por Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Enquanto o Partido Operário Alemão se degenerava em um partido burguês típico, o POSDR adotava – não sem resistência – as teses de Marx e Engels, desenvolvidas por Lênin. Do longo processo de lutas revolucionárias, desenvolvidas pelo proletariado russo, no seu enfrentamento com o Estado czarista e o capitalismo em ascensão, cujo marco histórico foi o ano de 1905, com a criação dos Sovietes, Lênin extrairá desta experiência todos os ensinamentos necessários ao enriquecimento da teoria.

#### **4.1 Teses de Abril**

As chamadas Teses de Abril foram escritas por Lênin em 1917, provavelmente durante a viagem de retorno, vindo do exílio na Suíça, sendo o primeiro texto intitulado: Sobre as tarefas do proletariado na presente

Revolução. Aprimorado, o texto foi posteriormente publicado com o título: As tarefas do proletariado em nossa revolução.

Esta obra não é mera produção teórico-abstrata. Nela, Lênin aborda a situação da Rússia e a recente revolução que havia destronado (em fevereiro) a histórica monarquia czarista, instalando em seu lugar um Governo Provisório, que, no entanto, continuava a participar da guerra imperialista (a 1ª Guerra mundial). Por outro lado, a situação das classes exploradas, sob o aspecto objetivo não mudara. E por isto, o proletariado, os camponeses e os soldados, continuaram lutando pela transformação da realidade.

No aspecto organizativo uma particularidade que qualificou o processo revolucionário foi o reaparecimento dos soviets. Durante a Revolução de fevereiro, as massas reconstituíram este importante instrumento de organização popular, surgido nas lutas do proletariado, em 1905. Derrotados pelo Estado czarista, naquela época, os soviets ressurgem agora em 1917, dando respaldo à burguesia, para derrubar o Czar, e constituir o Governo Provisório.

Entretanto, pelo papel que desempenham e pela forma como estão organizados os Soviets apontam para a possibilidade de prosseguimento da revolução. Foi o que Lênin percebeu e disso procurou convencer, num primeiro momento, o Partido Bolchevique e num segundo, o proletariado Russo e os demais segmentos sociais integrantes dos Soviets.

Nos excertos selecionados fica clara esta perspectiva:

O proletariado com consciência de classe somente pode dar o seu aval a uma guerra revolucionária que justifique verdadeiramente o defensismo revolucionário sob as seguintes condições: a) passagem do poder para as mãos do proletariado e dos setores pobres do campesinato que a ele aderirem; b) renuncia, de fato, e não em

palavras a todas as anexações; c) ruptura total e de fato com todos os interesses dos capitalistas (LENIN, 1987, p.8).

Nesta passagem, Lênin desfere fortes críticas aos setores vacilantes das próprias organizações operárias, que defendiam o apoio ao Governo Provisório e sua participação na guerra, sob o argumento de defender a revolução, burguesa. Lênin ressalta duas condições a partir das quais pode-se falar, para o proletariado, num verdadeiro defensismo revolucionário.

Primeira, a passagem do poder para as mãos do proletariado e o campesinato pobre. Lênin define claramente a composição de classes do futuro poder Soviético, na sua concepção. Isto significa a ditadura sobre os demais que, mesmo nesta condição econômica, não o aceitem. Afinal, o titular é o proletariado. Foi o que Marx e Engels identificaram. Somente o proletariado, “por já não ter nada a perder, a não ser as suas correntes”, escreviam no Manifesto, aqueles dois revolucionários, pode dirigir o exercício desse novo poder rumo à sua própria extinção.

Segunda, também de fundamental importância, diz respeito à proposta de finalizar a guerra e realizar a paz democrática. Significa por fim à guerra, apagando um dos principais vestígios imperialistas da época: as anexações dos territórios dos vencidos.

Apesar de os Bolcheviques serem minoria nos Sovietes isto não é a questão principal para Lênin, para quem o importante é que o poder passe para as mãos deles. Pois:

Enquanto formos minoria, realizaremos um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, defendendo simultaneamente a necessidade de que todo o poder do Estado passe às mãos dos Sovietes de deputados operários, a fim de que, sobre a base da experiência, as massas superem seus erros (LENIN, 1987, p.10).

Ou seja, o mais importante de tudo, é que o proletariado assuma o poder, através dos Sovietes, e aprenda com seus próprios erros. Esta a essência da teoria de Marx e Engels, e que Lênin ratifica neste momento. Não é demais registrar o que Marx escreveu na sua Carta a Brake, de 05 de maio de 1875: “Cada passo de movimento real vale mais do que uma dúzia de programas”. Marx criticava os dirigentes do Partido Operário Alemão por terem abdicado de princípios teóricos para garantir a unificação com outras correntes operárias.

Lênin prossegue, qualificando mais claramente o novo poder proposto por ele:

Não uma república parlamentar – regressar a ela dos Sovietes de deputados operários seria um passo atrás -, mas, uma república dos Sovietes de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país, desde baixo até em cima (LENIN, 1987, p.10).

Trata-se aqui da defesa da tomada do poder de Estado, ao mesmo tempo modificando-o, inclusive, “desde baixo até em cima”. Naquele momento, a principal palavra de ordem dentro do movimento operário russo, em aliança com a burguesia, era a convocação de uma Assembléia Constituinte, que se constituía, desde o século XIX, no órgão central da república parlamentar, burguesa.

Lênin prossegue com as propostas de modificação desse poder e as características do novo a ser construído:

Supressão da polícia, do exército e da burocracia.

A remuneração de todos os funcionários, elegíveis e exoneráveis em qualquer momento, não deverá nunca exceder o salário médio de um operário qualificado (LÊNIN, 1987, p.10).

Trata-se de recuperação integral das medidas tomadas pela Comuna de Paris. Subentendendo-se a supressão do exercito e da polícia como a sua substituição pelo “povo em armas”, ou seja, não o povo em geral, mas os setores da ampla maioria do povo, já especificados acima.

Quanto às questões programáticas e organizativas do Partido, Lênin propõe:

Tarefas do Partido:

- a) fazer imediatamente um congresso;
- b) modificação de seu programa, principalmente: a respeito do imperialismo e da guerra imperialista; a respeito da posição em relação ao Estado e a nossa reivindicação de um Estado-Comuna; modificação do programa mínimo, que já se tornou antiquado;
- c) mudança do seu próprio nome (LENIN, 1987, p.11).

Dois elementos fundamentais a destacar nessa “tese”. Primeiro, a reivindicação do Estado-Comuna. Lênin refere-se expressamente à Comuna de Paris, experiência da qual os operários Russos deveriam extrair o aprendizado para construir a sua forma de Estado, transitória ao Não-Estado. Segundo, e em consequência da primeira, Lênin propõe a mudança do nome do partido. Em nota marginal, o autor esclarece que “Ao invés de ‘social-democracia’, cujos dirigentes oficiais traíram o socialismo no mundo todo e se venderam à burguesia (os ‘defensistas’ e os vacilantes ‘Kautskystas’), devemos chamar-nos de Partido Comunista”.

Vale lembrar que o Partido se chamava Partido Operário Social Democrata Russo, e a fração liderada por Lênin, chamada de Bolchevique, que

quer dizer maioria, enquanto que a outra parte, os Mencheviques, eram assim chamados também em face da qualificação gramatical em relação ao controle do partido, ou seja, minoria. Lênin propõe então um nome que expresse o conteúdo qualitativo da nova estratégia programática ora proposta por ele, e que mais tarde viria a ser adotada pelos bolcheviques.

Analisando a situação política da Rússia em abril de 1917, Lênin identifica a existência de uma duplicidade de poder:

A origem e o significado de classes desta duplicidade de poderes consistem no fato de que a Revolução Russa de março de 1917 não apenas varreu toda a monarquia czarista, não apenas entregou todo poder à burguesia, mas também se aproximou da ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato. Justamente tal ditadura (isto é, um poder que não se apóia na lei, mas na força direta das massas armadas da população), e precisamente a das classes mencionadas, é apresentada pelos Sovietes de deputados operários e soldados de Petrogrado e outros locais (LENIN 1987, p. 19).

Evidentemente que essa duplicidade de poder não era real, concreta. Ela o era apenas em potencial, pois o proletariado não estava fazendo valer esta condição. Naquele momento, a maioria dos delegados componentes dos Sovietes, seguia as idéias dos Mencheviques e Socialistas Revolucionários que, não só apoiavam o governo provisório burguês, mas também participavam de alguns ministérios de menor importância. Porém, mesmo em potencial, ela representava uma ameaça constante ao novo poder burguês que, por isto, tomava todas as medidas possíveis para “reduzir a nada os Sovietes de deputados operários e soldados, a fim de criar o poder único da burguesia”.

Assim, enquanto a burguesia trabalha para acabar com os Sovietes, Lênin propõe ao Partido que adote a palavra de ordem de “todo poder aos soviets”. Esta foi uma das conseqüências óbvias das conclusões expressas nas chamadas Teses de Abril.

Em outro trecho da obra, Lênin desenvolve comparações entre a república parlamentar e os Sovietes. Nas palavras do autor:

Os Sovietes de deputados operários, soldados, camponeses, etc. são incompreendidos não apenas no sentido de que a maioria não vê com clareza o seu significado de classe, o seu papel na Revolução Russa. Deixam de ser compreendidos também no sentido de que representam em si uma nova forma ou, mais exatamente, um novo modelo de Estado.

O modelo mais perfeito, mais avançado de Estado burguês é a república democrático-parlamentar: o poder pertence ao Parlamento; a máquina estatal, o aparelho e os órgãos de administração são os habituais, polícia, burocracia inamovível, privilegiada, situada acima do povo.

Mas as épocas revolucionárias, desde o final do século XIX, apresentam um tipo superior de Estado democrático, um Estado que, em alguns aspectos, já deixa de ser, segundo a expressão de Engels, um Estado: “Não é já um Estado no verdadeiro sentido da palavra”. O estado é concebido como na Comuna de Paris, que substituiu o exército e a polícia, separados do povo, pelo armamento direto e imediato do próprio povo (LENIN, 1987, p. 26-27).

Lênin procura mostrar que, o surgimento do novo Estado foi fruto das experiências históricas das lutas operárias. Neste sentido, reafirma o que Marx e Engels já haviam antecipado: a sociedade comunista não é “um modelo pensado ou sonhado por um reformador qualquer” (ver item 2.5). Por outro lado, faz questão de qualificar a República parlamentar como a forma mais aperfeiçoada do estado burguês. Diferentemente das ilusões semeadas por

certas correntes do movimento operário da época, essa forma continua com todas as características de força especial e privilegiada, situada acima do povo.

Continuando a descrição do processo de surgimento do novo modelo de Estado na Rússia escreve:

A Revolução Russa começou a criar um Estado precisamente deste tipo em 1905 e em 1917. A República dos Sovietes de deputados operários, soldados, camponeses, etc., reunidos numa Assembléia Constituinte de toda a Rússia dos representantes do povo ou um Conselho dos Sovietes, etc. – eis o que entre nós surge já na vida, hoje, por iniciativa de um povo de milhões de homens, que cria por iniciativa própria a democracia do seu jeito, sem aguardar que os senhores professores democrata-constitucionalistas redijam os seus projetos de lei de uma república parlamentar burguesa, nem que os pedantes e rotineiros da “social-democracia” pequeno-burguesa, como Plekhanov ou Kautsky, reneguem às deturpações que fizeram da teoria do marxismo quanto à questão do Estado (LENIN, 1987, p.27).

A ironia e o sarcasmo também faziam parte das formas de expressão do teórico e militante revolucionário russo. Nas colocações acima, ele demarca claramente, em relação aos opositores externos e internos, que é, portanto, na ação prática o terreno sob o qual se dá a construção da teoria. Trata-se de um princípio caro à teoria ora investigada.

Com base nesse pressuposto reafirma

O marxismo distingue-se da “social-democracia” oportunista pequeno-burguesa de Plekhanov, Kautsky e Cia., por reconhecer a necessidade, para os períodos indicados (de transição do capitalismo ao socialismo), não de um Estado como o da república burguesa parlamentar habitual, mas de um Estado como a Comuna de Paris. As diferenças fundamentais entre este último tipo de Estado e o antigo são as seguintes:

É muito fácil, da república burguesa parlamentar, se retornar à monarquia (como o tem demonstrado a história), porque permanece intacta toda a máquina de opressão: o exército, a polícia e a burocracia. A Comuna e os Sovietes de deputados operários, soldados, camponeses, etc., quebram e eliminam esta máquina.

A república parlamentar dificulta e sufoca a vida política independente das massas, sua participação direta na construção democrática de toda vida do Estado, de baixo para cima. Com os Sovietes de deputados operários ocorre o inverso. Eles reproduzem o tipo de Estado gerado pela Comuna de Paris e que Marx qualificou de “forma política finalmente descoberta, na qual se pode realizar a emancipação econômica dos trabalhadores”.

É comum objetar-se: o povo russo ainda não está preparado para a “introdução” da Comuna. Era o mesmo argumento empregado pelos feudais, quando diziam que os camponeses não se achavam preparados para a liberdade. A Comuna, ou seja, os Sovietes de deputados operários e camponeses, não “introduz”, não se propõe a fazê-lo nem deve iniciar quaisquer transformações que já não estejam absolutamente maduras na realidade econômica da imensa maioria do povo (LENIN, 1987, p. 27-28).

No trecho acima, Lênin demonstra os limites da república parlamentar burguesa, identificando os Sovietes com a Comuna de Paris. Nesse sentido, reafirma, mais uma vez, a necessidade do proletariado destruir (literalmente, quebrar) a velha máquina estatal burguesa e substituí-la por uma nova forma que não é um Estado em essência. Esta demonstração se coloca didaticamente como o divisor de águas entre a teoria de Marx e a dos seus opositores.

Por fim, destaca-se a afirmação de Lênin, de que a república parlamentar sufoca a participação democrática de baixo para cima, enquanto que os Sovietes representam a inversão desse processo. Percebe-se, portanto, que, dos princípios teóricos, construídos por Marx e Engels e abordados ao longo deste estudo, somente essa forma transitória de Estado (a

ditadura do proletariado) permite a marcha da sociedade para a “fase superior do comunismo”.

Esta forma não só permite como garante esta marcha, por que, ao mesmo tempo em que permanece como instrumento de opressão e repressão às formas de manifestação da velha classe dominante, ela desenvolve, nas massas, os elementos do “autogoverno”, construídos de baixo para cima.

Nesta forma, a participação não é fictícia, como na república parlamentar, onde a forma de participação significa “escolher, de quatro em quatro anos, quem vai trair os seus interesses no aparelho de Estado”, conforme afirmou Marx em A Guerra Civil na França. Nesta nova forma de Estado, a participação real e direta, é a regra, seja decidindo diretamente as questões locais, seja elegendo delegados (com mandatos imperativos) para as instancias nacionais. É o que se viu na experiência prática da Comuna de Paris e que Lênin recupera para caracterizar os Sovietes.

Veja-se o que Lênin escreveu na parte conclusiva desta obra:

O nosso estado nascente também é um Estado, pois necessitamos de um exercito de homens armados, necessitamos de ordem severa, necessitamos reprimir pela força e sem piedade todas as tentativas da contra-revolução, seja czarista seja burguesa gutchkovista.

Mas o nosso Estado nascente não é ainda um Estado no sentido exato da palavra, pois em vários lugares da Rússia estes grupos de homens armados são a própria massa, todo o povo, e não alguém postado acima dele, dotado de privilégios e praticamente inamovível.

Não se deve olhar para trás, mas sim, para frente, não para a democracia burguesa usual, que consolidava o domínio da burguesia por meio dos velhos órgãos de administração monárquicos, da polícia, do exercito e da burocracia.

É preciso olhar para frente, para a democracia nascente, que na verdade deixa de ser uma democracia, pois democracia significa

dominação do povo, e o povo armado não pode exercer uma dominação sobre si próprio.

A palavra democracia, aplicada ao Partido Comunista, não é apenas cientificamente inexata. Depois de março de 1917, tem significado vendas postas nos olhos do povo revolucionário, impedindo-o de construir por sua própria iniciativa, livre e corajosamente, algo novo, qual seja, os Sovietes de deputados operários, camponeses e outros como único poder dentro do “Estado”, como precursor da “extinção” de qualquer Estado (LENIN, 1987, p.47-48).

Nesse excerto, estão presentes os principais elementos da teoria do Não-Estado, preconizada por Marx e Engels. Porém, Lênin acrescenta uma definição importante acerca da palavra democracia que, segundo ele, é inexata quando aplicada ao Partido Comunista. Nesse sentido, propõe a mudança do nome do Partido Operário Social-Democrata Russo, para Partido Comunista, sob o argumento de que o significado da palavra democracia - na sua concepção: dominação do povo - não é própria para uma organização, cuja estratégia é a extinção de todas as formas de dominação. “É chegada a hora de tirar a camisa suja, é chegada a hora de vestir roupa limpa”.

#### **4.2 O Estado e a Revolução**

Considerada a primeira obra de cunho mais teórico de Lênin sobre o Estado, *O Estado e a Revolução* é, sobretudo, um resgate da teoria do Estado, e do Não-Estado, de Marx e Engels. O autor faz questão de ressaltar no subtítulo: A doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução.

Nela, o autor descreve e fundamenta, de forma didática, através de compilação das principais obras de Marx, os princípios e pressupostos básicos da teoria, a exemplo do “Estado como produto do caráter inconciliável das

contradições de classe”, constituído de “destacamentos especiais: forças armadas, prisões, burocracia, etc.”, os quais se destinam a garantir a “exploração da classe oprimida”. E por último, Lênin expõe o princípio da “Extinção do Estado” e da “Revolução violenta”.

O autor desenvolve a recuperação do princípio e ao mesmo tempo critica as tendências dominantes no movimento operário internacional. Segundo ele, o pensamento socialista daquela época adotou a primeira tese de Marx, da “extinção do Estado”, esquecendo-se de que este processo se dá através de rupturas violentas contra todos os mecanismos de dominação construídos pelo Estado burguês, o que pressupõe uma revolução violenta.

O oportunismo, assinala Lênin, cujo exemplo principal é o Partido Alemão, interpretava que essa tese se cumpriria, de forma “paulatina”, “lenta e gradual” através da ocupação de espaços no velho aparelho de Estado, levando-o à extinção. Os “oportunistas” ousavam, inclusive, combater os anarquistas – partidários da tese da “Abolição” do Estado - contrapondo-os com a metade da tese de Marx. Nesta obra, Lênin demonstra o oportunismo de uns e o equívoco de outros.

Quanto á extinção do Estado, Lênin recupera o elemento principal das teses de Marx e Engels, ou seja, que este processo se dará de forma lenta e gradual. Ocorre que o “oportunismo” esqueceu-se da questão central que antecede àquela tese (da extinção lenta e gradual): que esta fase é inaugurada por uma ruptura revolucionária com a velha ordem, que significa tomar o poder (literalmente) e destruir a velha máquina, construindo em seu lugar uma nova forma de Estado, que por sua vez já não é um Estado em essência, mas um “semi-Estado proletário”, conforme o termo usado pelo próprio Lênin. Este sim, se extinguirá, de forma lenta e gradual. O autor cita um termo de Engels para caracterizar este processo: “adormecimento do Estado”.

Essa crítica de Lênin é dirigida diretamente ao Partido Operário Alemão que, desde a época de Marx e Engels, havia começado a negar as teses destes. O autor destaca especialmente a bandeira da defesa do “Estado popular livre”, assumida por aquele partido. Demonstra que essa “palavra de ordem” representa uma total “falsificação do marxismo”. Em face disto, Lênin acrescenta:

Mas a palavra de ordem era oportunista, porque apenas embelezava a democracia burguesa, como também expressava a incompreensão da crítica socialista a respeito do estado em geral. Nós somos partidários da república democrática, como a melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos nenhum direito de esquecer que a escravidão assalariada é o destino do povo, inclusive sob a república burguesa mais democrática. Mais ainda. Todo Estado é uma “força especial para a repressão” da classe oprimida. Por isso, nenhum Estado é livre nem popular. Marx e Engels explicaram isso repetidamente a seus companheiros de partido na década de 70 (LENIN, 1987, p.66).

No que diz respeito à “Revolução violenta”, embora implícito nas afirmações de Marx e Engels, o autor recupera este princípio a partir de um texto de Engels (Anti-Dühring). Neste, Engels recupera as afirmações de Marx: a violência “é a parteira de toda sociedade velha que carrega outra nova em seu ventre; de que a violência é o instrumento com a ajuda do qual o movimento social abre caminho e rompe as formas políticas mortas e fossilizadas”. Marx (apud LENIN, 1987, P.67).

Registre-se a afirmação seguinte de Lênin:

Como é possível conciliar em uma só doutrina essa louvação à revolução violenta, apresentada com insistência por Engels aos social-democratas alemães de 1878 até 1894, quer dizer, até os últimos dias de sua vida, com a teoria da “extinção” do Estado?

Geralmente se conciliam duas coisas com ajuda do ecletismo, separando à vontade (ou para agradar aos investidos no poder), sem ater-se a princípios ou de maneira sofisticada, ora um ora outro argumento: e coloca-se em primeiro plano, pelo menos em noventa por cento dos casos, exatamente a tese da “extinção”. Substitui-se a dialética pelo ecletismo: é a atitude mais comum e genérica ante o marxismo na literatura social-democrata oficial de nossos dias (LENIN, 1987, p. 67).

E acrescenta ainda, a seguir:

Já dissemos acima, e demonstraremos com maiores detalhes em nossa exposição posterior, que a doutrina de Marx e Engels sobre o caráter inevitável da revolução violenta refere-se ao Estado burguês. Este não pode ser substituído pelo Estado proletário (pela ditadura do proletariado) através da “extinção”, mas, em geral, apenas pela revolução violenta (LENIN, 1987, p. 68).

Lênin chamava determinadas correntes de oportunistas, porque se diziam marxistas, mas, falsificavam integralmente as teses de Marx e de Engels. Reproduz-se aqui esta crítica, porém, com o intuito de apreender a sistematização do revolucionário Russo acerca da questão da violência, da revolução violenta.

O principal a se destacar é que, mais uma vez, o argumento não é meramente doutrinário ou filosófico. Está implícito, na afirmação de Engels, atribuída a Marx, que a ruptura violenta é uma consequência do caráter inconciliável das classes, o que se comprova pela análise dos acontecimentos da história.

De aparência inclusive óbvia, seria ingênuo imaginar a possibilidade de que, justamente a classe que mais desenvolveu o Estado como máquina burocrática, policial e militar, a burguesia, viesse a abrir mão

“democraticamente” da sua dominação. Entretanto, tendo em vista que ao mesmo tempo em que desenvolveu aquela máquina de repressão, a burguesia desenvolveu uma outra, de legitimação, a exemplo do parlamento, é fácil perceber por onde se construiu a ilusão acerca do “Estado Neutro” ou “Estado popular livre”. É claro, com a ajuda do ecletismo, como acentua Lênin.

Ao abordar o conteúdo da *Carta de Marx a Weidemyer*, (mencionada no item 3.2 deste trabalho), Lênin recupera um dos elementos fundamentais nas teses de Marx e Engels sobre o Estado. Trata-se da caracterização da fase transitória como a *Ditadura do Proletariado*.

No dizer de Lênin:

O fundamental na doutrina de Marx é a luta de classes. Isso se diz e se escreve muito freqüentemente. Mas não é exato. Dessa inexatidão origina-se com muita freqüência a adulteração oportunista do marxismo, sua falsificação num sentido aceitável para a burguesia. Porque a teoria da luta de classes não foi criada por Marx, e é, em termos gerais, aceita pela burguesia. Quem reconhece somente a luta de classes ainda não é marxista, ainda pode se manter no marco do pensamento burguês e da política burguesa. Circunscrever o marxismo à teoria da luta de classes é limitar o marxismo, adulterá-lo, reduzi-lo a algo que a burguesia possa aceitar. Marxista só é aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da *ditadura do proletariado*. Nisso reside a diferença mais profunda entre um marxista e um vulgar pequeno (ou grande) burguês. Nessa pedra de toque é que há de se comparar a compreensão real do marxismo. E não é de estranhar que, quando a história da Europa colocou praticamente a classe operária frente a tal questão, não só os oportunistas e reformistas, mas também todos os “Kautskystas” (pessoas que vacilam entre o reformismo e o marxismo) hajam se tornado miseráveis filisteus e democratas pequeno-burgueses, que negam a ditadura do proletariado (LENIN, 1987, p. 79).

Além de, efetivamente caracterizar a *ditadura do proletariado* como princípio fundamental da teoria de Marx, Lênin direciona sua crítica às correntes socialistas dentro do movimento operário, com destaque para os “Kautskystas” (seguidores de Kautsky), que, naquele momento, era o principal líder teórico do Partido Operário Alemão e da II Internacional.

Lênin denuncia a ambos, II Internacional e Partido Operário Alemão que, fruto de suas novas teses (oportunistas) sobre o Estado, estavam apoiando a participação na guerra imperialista. Em sentido oposto, a interpretação das teses de Marx pelo revolucionário Russo concluiu - conforme se registrou antes, na análise das *Teses de Abril* - pela denuncia da guerra e pela defesa da paz democrática, sem anexações.

Sobre a *ditadura do proletariado*, Lênin conclui:

Além do mais, a essência da teoria de Marx sobre o Estado só é assimilada por quem tenha compreendido que a ditadura de uma classe é necessária não só para o proletariado depois de derrubar a burguesia, como também para todo o período histórico que separa o capitalismo da “sociedade sem classes”, do comunismo. As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente diversificadas, mas em sua essência é a mesma: todos esses Estados são, sob uma ou outra forma, necessariamente, uma *ditadura da burguesia*. A transição do capitalismo ao comunismo não pode, naturalmente, deixar de proporcionar uma enorme abundância e diversidade de formas políticas, mas a essência de todas elas será necessariamente uma: *ditadura do proletariado* (LENIN, 1987, p. 80).

O pensador Russo acrescenta, aqui, o termo *ditadura da burguesia*, para caracterizar a forma de Estado e de dominação da burguesia e, o faz contrastando com o termo ditadura do proletariado. Para Lênin, a democracia burguesa nada mais é do que uma ditadura contra o proletariado. Assim, na ditadura do proletariado, o Estado desse período deve ser um Estado

democrático *de feição nova* (para os proletários e despossuídos em geral) e ditatorial *de feição nova* (contra a burguesia).

Ou seja, esta “feição nova” a que se refere Lênin, é a diferença qualitativa da forma de Estado. É a característica específica que lhe tira a essência da condição de Estado, ou seja, o fato de se constituir como forma de dominação, apenas e tão somente enquanto meio de extinguir todas as formas de dominação, e conseqüentemente a si próprio.

Pode-se inferir ainda que a diferença reside, sobretudo, no fato de que, na democracia burguesa tem-se a ditadura de uma minoria (os capitalistas) contra a maioria do povo (o proletariado, os despossuídos em geral), enquanto que na ditadura do proletariado a repressão é exercida pela ampla maioria. E, a partir do momento em que é a maioria do povo quem reprime *por si mesma* seus opressores, já não é necessária uma “força especial” de repressão.

Nota-se que Lênin usa o termo ditadura no sentido amplo, e não no sentido estrito. Na verdade, a ditadura (para Lênin) é a imposição da vontade. E, como no conceito histórico de democracia se encontra a vontade da maioria, é possível se deduzir que a democracia proletária, é a que mais se aproxima do real. Enquanto neste aspecto, a democracia burguesa é pura ficção. Isso porque a principal questão que envolve uma forma de organização social, ou seja, o controle dos meios de produção, não é decidido democraticamente, através do voto, mas, através da guerra civil.

Igualmente a Marx e Engels, Lênin aprendera com a experiência da Comuna de Paris. Além de destacar a análise dos dois sobre as medidas tomadas pelos *Communards*, procura aprofundar sua análise particular sobre algumas delas. Assim, quanto à substituição da velha máquina como força especial, por novos instrumentos não mais separados do povo, a exemplo da

substituição do exército permanente pelo “povo em armas”, o autor acrescenta, também a título de exemplo, a possibilidade de qualquer operário desempenhar as funções de controle estatístico. Isto, para demonstrar que “quanto mais intervenha todo o povo na execução das funções próprias do poder estatal, tanto menor é a necessidade de tal poder”. Eis o pressuposto da extinção futura do Estado, ou seja, a possibilidade da sociedade sem Estado.

Outro assunto abordado com profundidade é a *abolição do parlamento*. Lênin descreve o caráter do parlamento burguês em geral, como lugar de tagarelice e cretinice. Denuncia, inclusive, a tentativa dos ministros do Governo Provisório da Rússia de transformar o caráter dos Sovietes. Denuncia também o ambiente degenerado do aparelho burocrático do Estado, que continua como antes, “sabotando com absoluta liberdade as iniciativas revolucionárias”.

Para responder aos críticos da extinção do parlamento, Lênin afirma o seguinte:

A alternativa para sair do parlamento não está, naturalmente, em abolir as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim em transformar as instituições representativas de lugares de charlatanice em corporações “de trabalho”. “A Comuna não seria uma corporação parlamentarista, mas sim uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo” (LÊNIN, 1987, p.91).

E acrescenta ainda:

A Comuna substitui o parlamento venal e apodrecido da sociedade burguesa por instituições nas quais a liberdade de opinião e de discussão não degenera em farsa, pois aqui os parlamentares têm, eles mesmos que trabalhar, executar as suas leis, comprovar os resultados, responder diretamente a seus eleitores. As instituições representativas continuam, mas desaparece o parlamentarismo como

sistema especial, como divisão entre o trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados [...] (LÊNIN, 1987, p.92).

Lênin presta um esclarecimento que se direciona tanto para as correntes oportunistas que se deixam iludir com o parlamento burguês quanto para os anarquistas, que defendem a tese do puro fim das instituições representativas. Assim como não se pode abolir de imediato a burocracia, também não se pode fazer com as instituições representativas.

Porém, há de se dar a elas, como mostrou a experiência da Comuna, um caráter novo, a exemplo da total eletividade e demissibilidade para os cargos e da participação cada vez maior do conjunto dos indivíduos na execução das funções estatais em geral. Recupera-se aqui o pressuposto da (des) alienação, tratado por Marx em suas primeiras obras. Da marcha para o fim da separação entre o trabalho manual e o intelectual e ainda entre o processo de decisão e de execução. Todos, princípios caros à *tertia* do *Não-Estado*.

Nas considerações finais sobre a Comuna de Paris, o autor estende sua crítica também aos utopistas. Enquanto os social-democratas oportunistas adotaram de vez a forma burguesa de Estado e os anarquistas preferiram ignorar todas as possíveis formas, os utopistas dedicaram-se a “descobrir” as formas políticas sob as quais devia se dar a transformação socialista da sociedade. Contrário a todos eles, segundo Lênin:

Marx deduziu das lutas políticas e de toda a história do socialismo que o Estado deverá desaparecer e que a forma transitória para o seu desaparecimento (**a forma de transição do Estado ao Não-Estado**) será “o proletariado organizado como classe dominante”. Mas Marx não se propunha *descobrir as formas* políticas desse futuro. Limitou-se a fazer uma observação precisa da história da França, elaborar sua análise e chegar à conclusão a que o ano de 1851 o levou: aproxima-se a *destruição* da máquina estatal burguesa.

E quando eclodiu o movimento revolucionário de massas do proletariado, Marx, apesar do revés sofrido por esse movimento, apesar de sua fragilidade e de sua debilidade patente, pôs-se a estudar que formas ele *havia revelado* (grifo nosso) (LÊNIN, 1987, p.99-100).

Frente a esse princípio, Lênin concluirá, junto com Marx, que “a Comuna é a forma ‘descoberta, enfim’, pela revolução proletária, sob a qual pode conseguir-se a emancipação econômica do trabalho”.

Ademais, Lênin afirma que as experiências das revoluções russas de 1905 e 1917 “prosseguem, em outras circunstâncias, sob condições diferentes, a obra da Comuna e confirmam a genial análise de Marx”.

O resgate da teoria de Marx e Engels, a partir de suas obras teóricas, mas principalmente a partir da análise da Comuna de Paris, é o centro da análise teórica própria de Lênin. Em *O Estado e a Revolução*, o autor fundamenta as suas propostas estratégicas para o movimento operário russo, divulgadas em abril (ver item anterior sobre as *Teses de Abril*), combinando a análise da teoria aplicada a uma experiência, com a projeção desta, guardadas as devidas circunstâncias, conforme suas próprias palavras, sobre a experiência russa.

Afinal, as ricas experiências do movimento russo, de 1905 e 1917 (este ainda em andamento) estavam aguçando a capacidade de observação do revolucionário russo que identificava a possibilidade concreta de o proletariado inaugurar o salto de qualidade sobre a democracia burguesa, tomando o poder, através dos Sovietes, estes sim, o elemento concreto da experiência russa de construção do Estado proletário, quer dizer, da futura *ditadura do proletariado*. Se a estrutura organizativa já existia, e o mais importante e fundamental, criada pelas massas, faltava apenas o passo

seguinte, a tomada e o exercício do poder. Este passo foi proposto por Lênin, desde abril, e realizado em outubro.

Voltando à própria obra, o autor desenvolve a polêmica com os anarquistas. Como se sabe, esta corrente de pensamento defendia a abolição pura e simples do Estado. Neste ponto se afirma, mais uma vez, o princípio de que o proletariado não pode prescindir do estado, não obstante necessite tão somente de uma “forma revolucionária e transitória de Estado”. Por isto, o autor afirma:

Não divergimos dos anarquistas de maneira alguma quanto à abolição do Estado como meta. O que afirmamos é que, para alcançar esta meta, é necessário o emprego temporário dos meios, dos métodos do poder estatal *contra* os exploradores, da mesma forma que para destruir as classes é necessária a ditadura temporária da classe oprimida (LÊNIN, 1987, p.104).

Em uma outra parte do livro, Lênin dialoga com alguns textos de Engels sobre a “superação da democracia”. A este respeito julga-se de suma importância as palavras do autor acerca de como ele projeta o processo evolutivo da ditadura do proletariado, rumo à sua própria extinção:

Nós nos propomos como meta final a destruição do Estado, ou seja, de toda a violência organizada e sistemática, de toda violência sobre os homens em geral. Não esperamos o advento de uma organização social em que não se acate o princípio da subordinação da minoria à maioria. Mas, aspirando ao socialismo, estamos convencidos de que este se converterá gradualmente em comunismo, e então desaparecerá toda necessidade de violência sobre os homens em geral, toda necessidade de subordinação de uns homens a outros, de uma parte da população à outra, pois os homens se *habituarão* a observar as regras elementares da convivência social sem violência e sem subordinação.

Para destacar este elemento do hábito é que Engels fala de uma nova geração que, “educada em condições sociais novas e livres possa desfazer-se de todo este velho traste do Estado”, de todo o Estado, inclusive o Estado democrático-republicano.

Para explicar isso é necessário analisar a questão das bases econômicas da extinção do Estado (LÊNIN, 1987, p.124).

Ou seja, não se trata de um mero sonho de Lênin, ou de Marx e Engels, acerca desse futuro processo evolutivo do socialismo ao comunismo, do Estado ao *Não-Estado*. Trata-se do profundo conhecimento da base real que originou e que mantém as diferenças de classes e a conseqüente necessidade do Estado, verificada ao longo do processo histórico. É este conhecimento, que é científico, demonstrado empiricamente, que permite a afirmação sobre o futuro, a partir das modificações nessa base real. Modificações estas que permitirão a mudança dos hábitos e costumes dos indivíduos.

Depreende-se que não se passará do Estado ao *Não-Estado*, da maneira que muitos pensam, por exemplo, a partir de um trabalho de doutrinação por parte do novo Estado sobre os benefícios da nova forma de organização social, gerando uma nova consciência. Também neste particular, o teórico Russo está em perfeita coadunância com os princípios teóricos dos mestres alemães, para quem, conforme se viu aqui em *A Ideologia Alemã* (ver item 2.4), *não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina a consciência do homem*. Por isto, Lênin desenvolve a seguir um capítulo próprio de *O Estado e a Revolução* sob o título “As bases econômicas da extinção do Estado”.

O autor destaca a importância da fase transitória, onde o novo Estado, “o proletariado organizado em classe dominante” que assumiu o controle dos meios de produção, em nome de toda a sociedade, implantará e garantirá as transformações nas formas dos indivíduos se relacionarem para

produzir a vida, a partir das condições geradas pelo capitalismo e com todos os homens educados pelo capitalismo, sem “utopias”. São essas novas formas de se relacionar para produzir e distribuir o produto, que irão transformar os hábitos dos indivíduos.

Isto só é possível, graças ao desenvolvimento do capitalismo que organizou a produção socializada, através da grande indústria, das estradas de ferro e dos correios, por exemplo, além do fato já verificado em alguns países como a erradicação do analfabetismo, etc.

Elementos como estes são fundamentais para permitir, em primeiro lugar, o aumento da produtividade, o suficiente para que se tenha produção básica para todos. Em segundo, transmite a experiência das vantagens econômicas da produção associada. E em terceiro, a nova forma de Estado reclama e garante a participação cada vez maior de todos no desempenho das funções estatais, um dos pressupostos básicos, já identificados, da extinção do Estado.

Lênin destaca também, o fato de que esta fase ainda é regida pelo princípio da igualdade do direito burguês, quando, na realidade os homens são desiguais, naturalmente e socialmente, o que se traduz em uma distribuição dos produtos, segundo o trabalho de cada indivíduo e não segundo suas necessidades que, em face das desigualdades, são diferenciadas. Ele recupera a discussão de Marx na *Crítica ao Programa de Gotha* (ver item 3.5). Porém, acrescenta:

Em conseqüência, a primeira fase da sociedade comunista não pode proporcionar ainda nem justiça nem igualdade: subsistem as diferenças de riqueza, diferenças injustas; mas já está descartada a exploração do homem pelo homem, posto que não será possível apoderar-se, a título de propriedade privada, dos meios de produção, das fábricas, das máquinas, da terra, etc. Pulverizando a frase confusa

e pequeno-burguesa de Lassalle sobre a “igualdade” e a “justiça” em geral, Marx sublinha o curso do desenvolvimento da sociedade comunista, que se verá obrigada a destruir primeiramente apenas aquela “injustiça” que consiste na usurpação dos meios de produção por indivíduos isolados, mas que não estará em condições de destruir de imediato também a outra injustiça, que consiste na distribuição dos artigos de consumo “segundo o trabalho” (e não segundo a necessidade) (LÊNIN, 1987, p.134).

Como se viu no item em que se analisou essa “crítica” de Marx (item 3.5), ele acrescenta a inevitabilidade desta injustiça transitória, haja vista que “o direito não pode ser nunca superior á estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado”.

Importante registrar a projeção de Lênin a respeito dessa fase de transição na Rússia. Tecendo críticas aos ideólogos burgueses naquele momento, cuja “defesa do capitalismo” consistia em “suplantar com discussões e piadas sobre um remoto porvir, a questão mais candente e atual da política de hoje”:

A expropriação dos capitalistas e a transformação de todos os cidadãos em trabalhadores e empregados de um grande “consórcio” único, ou seja, de todo o Estado, e a subordinação completa de todo o trabalho deste consórcio a um Estado realmente democrático, *ao Estado dos Sovietes de deputados operários e soldados* (LÊNIN, 1987, p.138).

Apesar de falar da Rússia, o autor acrescenta elementos práticos e teóricos gerais, importantes, que estavam implícitos nas medidas da Comuna, mas ainda não destacados, a saber, redução de todos à condição de trabalhadores “empregados do Estado”, do novo Estado, claro. E qual a característica desse Estado? Um Estado “realmente democrático”, como, no caso da Rússia, os Sovietes.

A seguir, Lênin fará uma afirmação que é conclusiva para o presente estudo:

A partir do momento em que todos os membros da sociedade, ou pelo menos a imensa maioria deles, tiverem aprendido a *dirigir por si mesmos* o Estado, tiverem tomado este assunto em suas próprias mãos, tiverem “colocado no ponto” o controle sobre a minoria insignificante de capitalistas, sobre os filinhos-de-papai que querem continuar conservando seus hábitos capitalistas e sobre operários profundamente corrompidos pelo capitalismo; a partir deste momento, começará a desaparecer a necessidade de toda administração geral. Quanto mais completa for a democracia, mais próximo estará o momento em que deixará de ser necessária. Quanto mais democrático for o “Estado”, constituído pelos operários armados e que “já não será um Estado no verdadeiro sentido da palavra”, mais rapidamente começará a extinguir-se todo Estado.

Pois quando todos tiverem aprendido a dirigir e na realidade dirijam por sua conta a produção social; quando todos tiverem aprendido a fazer o registro e o controle dos vadios, dos filinhos-de-papai, dos malandros e demais “depositários das tradições do capitalismo”, fugir deste registro e deste controle realizado pela totalidade do povo será sem dúvida algo tão insólito e difícil, uma exceção tão rara, que provavelmente suscitará um castigo tão rápido e tão severo (pois os operários armados são gente prática e não intelectualóides sentimentais, e será muito difícil que permitam que alguém brinque com eles), que a necessidade de observar as regras nada complicadas e fundamentais de toda convivência humana se converterá prontamente em *costume*.

E então ficarão abertas de par em par as portas para se passar da primeira fase da sociedade comunista à sua fase superior e, por sua vez, à completa extinção do Estado (LÊNIN, 1987, p.142-143).

Nessa parte, o revolucionário russo reafirma a tese de Marx e Engels acerca da evolução para a sociedade sem classes mediante a mudança nos

hábitos e costumes, que tende a ocorrer paulatinamente, fruto das transformações nas relações de produção, mas, acrescenta com mais ênfase o conteúdo do “aprender a dirigir por si próprio”, que é um elemento caro à teoria. Pois, ele qualifica o conteúdo desses novos hábitos. Serão hábitos de verdadeiros seres humanos, negadores da subordinação, subserviência, do individualismo, etc., e afirmadores dos laços de coletividade e comunidade.

Esse livro reserva ainda um capítulo para tratar especificamente de algumas das mais importantes polêmicas teóricas da época. Merece destaque o tratamento dispensado a Kautsky. Lênin demonstra que o teórico alemão já dava sinais de negação das teses de Marx desde a polêmica que ele (Kautsky) travava contra E. Bernstein. Supostamente refutando os ataques de Bernstein às teses de Marx sobre a tomada do poder de estado pelo proletariado e a utilização ou não da velha máquina conquistada, na verdade, segundo Lênin, Kautsky estava capitulando-se diante do oportunismo. Note-se o que o autor escreveu:

O resultado é que em Kautsky ficava diluída a diferença mais essencial entre o marxismo e o oportunismo quanto às tarefas da revolução proletária!

A solução do problema da ditadura proletária – escrevia Kautsky contra Bernstein – é “coisa que podemos deixar tranqüilamente para o futuro” (pág. 172 da edição alemã).

Isso não é uma polêmica contra Bernstein, mas, no fundo, uma *concessão* a este, uma capitulação diante do oportunismo, pois, no momento, nada há que interesse tanto aos oportunistas como “deixar tranqüilamente para o futuro” todas as questões centrais sobre as tarefas da revolução proletária (LENIN, 1987, P.149).

Fica claro, pelo que se aprendeu até aqui, que Lênin está coerente na sua caracterização de Kautsky, posto que, a ditadura do proletariado é a questão central enquanto meio para atingir a sociedade sem Estado. Ao “deixa-la para o futuro”, e com tranqüilidade, considerando-se que está se analisando uma disputa teórica, fica patente o abandono do princípio teórico.

A seguir, aprecia ainda os comentários de Kautsky acerca do novo Estado em que continuaria havendo “parlamento”, haja vista as eleições de representantes, e ainda a permanência da burocracia, em face da necessidade de funcionários. Lênin refuta tais conclusões mostrando que as funções deste “novo parlamento” vão muito além de “estabelecer o regime de trabalho e fiscalizar a burocracia”, coisa que Kautsky não percebe porque seu pensamento não consegue “ultrapassar o marco do parlamentarismo burguês”.  
Pois:

Na sociedade socialista, esta “espécie de parlamento” de deputados operários terá como missão, naturalmente, “estabelecer o regime de trabalho e fiscalizar a administração do *aparelho*”, mas este aparelho não será burocrático. Os operários, depois de conquistar o poder político, **destruirão o velho aparelho burocrático, o demolirão até os alicerces**, não deixarão pedra sobre pedra, o substituirão por outro novo, formado pelos mesmos operários e empregados, contra cuja transformação em burocratas se tomarão sem demora as medidas analisadas em todos os detalhes por Marx e Engels: 1) não só elegibilidade, como também removibilidade a qualquer momento; 2) ordenado nunca superior ao salário de um operário; 3) **imediate implantação de um sistema em que todos desempenhem funções de controle e de inspeção e todos sejam “burocratas” durante algum tempo, para que deste modo, ninguém possa converter-se em “burocrata”** (grifo nosso) (LENIN, 1987, P.151-152).

Essa polêmica é bastante didática, uma vez que, no combate aos desvios de Kautsky, Lênin, além de ratificar o princípio da imediata “destruição” do velho Estado burguês, acrescenta detalhes ao desenvolvimento da teoria na exposição de Marx em *A guerra civil na França*.

Por isto se destaca a terceira medida, a qual se aglutina especificamente naquela afirmação geral do autor – comentada antes – sobre

a participação de todos no desempenho das funções estatais. Ele mostra a necessidade de que haja uma espécie de rodízio, por exemplo, naquelas funções que sejam exercidas de forma individual ou por reduzido grupo, para que todos exerçam todas as funções e não se especialize em nenhuma, que seria a burocratização.

Duas outras afirmações do autor resumem sua caracterização da nova postura teórica de Kautsky e do Partido alemão. Registra-se a seguir as palavras do próprio Lênin:

Kautsky não entendeu, em absoluto, a diferença entre o parlamentarismo burguês, que associa a democracia (que exclui o povo) ao burocratismo (contra o povo), e a democracia proletária, que imediatamente toma medidas para cortar pela raiz o burocratismo e que estará em condições de levar estas medidas até o fim, até a completa destruição do burocratismo, até a implantação completa da democracia para o povo.

Kautsky revela aqui a mesma “veneração supersticiosa” frente ao Estado, a mesma “fé supersticiosa” no burocratismo.

[...].

A soma destas omissões da questão, destes silêncios e destas evasivas, resultou inevitavelmente nesta passagem completa para o oportunismo de que falaremos em seguida.

Na pessoa de Kautsky, a social-democracia alemã parecia declarar: mantenho minhas concepções revolucionárias (1889); reconheço, em particular, o caráter inevitável da revolução social do proletariado (1902); reconheço que começou a nova era das revoluções (1909). Mas, apesar de tudo, recuo em relação ao que já dizia Marx em 1852 (1912) a respeito da questão das tarefas da revolução proletária quanto ao Estado (LENIN, 1987, P.152-153).

É nestes termos que o autor demarca as diferenças entre o oportunismo e o anarquismo. O *anarquismo*, por equívoco, não percebe a importância da continuidade do Estado (mesmo de outra forma) ainda que na

fase transitória, concluindo pela defesa da simples destruição imediata de qualquer forma de Estado.

Já a social-democracia alemã, aceita, em palavras, a teoria de Marx, porém omitindo a questão principal, a questão da destruição do velho Estado burguês e a conseqüente implantação da ditadura do proletariado – e por isto qualificada de *oportunisto* – propondo apenas “que o proletariado se prepare para a revolução utilizando o Estado moderno”, deixando para o futuro a definição da questão central. Ora! Como deixar para o futuro, se ela está definida por Marx e Engels desde 1852?

Finalmente, o autor encerra a obra com um reduzido posfácio, de 30 de novembro de 1917, justificando que não fora possível escrever o capítulo final que trataria da Experiência das revoluções russas de 1905 e 1917 (fevereiro), uma vez que fora “atrapalhado” pela crise política às vésperas da revolução de outubro, um impedimento que lhe trouxera “mais que alegria”, uma vez que: “é mais proveitoso e agradável viver a ‘experiência da revolução’ que escrever sobre ela”.

O que se viu foi que, nos últimos dias de outubro e primeiros de novembro, o operariado russo, em aliança com os camponeses pobres, e os soldados, organizados nos Sovietes, resolveram a questão do “duplo poder”, apontada por Lênin desde abril (ver item 4.1, Teses de Abril), na forma proposta também por ele, naquela oportunidade. Ou seja, realizando um salto de qualidade na revolução democrático-burguesa que se efetivara em fevereiro, a saber, a tomada do poder e a instauração da ditadura do proletariado, a partir dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses de toda a Rússia. Foi o que eles efetivaram, ao derrubar o Governo provisório burguês e assumir a direção da sociedade.

Foi esta experiência que Lênin viveu, não na condição de observador, como ocorrera, sem nenhum demérito, com Marx e Engels em relação à Comuna de Paris. O revolucionário russo participou ativamente como o principal dirigente desta etapa histórica, que se inicia, primeiro dentro do próprio partido bolchevique, onde o autor trava imensa luta política para que sua organização adote aquele programa, e, depois, dentro dos Sovietes, para que estes tomem o poder.

### 4.3 As Lições da Revolução russa

Embora não tendo sistematizado, como desejava, em *O Estado e a Revolução*, uma análise das experiências revolucionárias russas, percebe-se que toda a produção teórica do autor, até aqui abordada, tem base real no aprendizado adquirido, pelo proletariado, através daquelas.

É o que se comprova ao observar uma série de artigos esparsos, compilados sob o título acima, em que o autor se manifesta sobre aquelas lutas, com caráter revolucionário, cujo marco histórico são as jornadas de 1905, quando se organizaram através dos Sovietes. Note-se, como Lênin analisa os frutos desse “marco histórico”, em informe pronunciado a 9 (22) de janeiro de 1917, na Casa do povo de Zurique, durante reunião da juventude operária suíça:

O proletariado estava à cabeça do movimento. Procurava conseguir a jornada de oito horas por via revolucionária. Em Petersburgo, a palavra de ordem de luta era então: *A jornada de oito horas e armas*. Tornou-se claro a um número cada vez maior de operários que a sorte da revolução só podia ser e seria decidida pela luta armada.

Uma organização de massa, com um caráter original, formou-se no fragor do combate: os célebres *Sovietes de deputados operários*,

assembléias de delegados de todas as fábricas. Em diversas cidades da Rússia, estes *Sovietes de deputados operários* assumiram cada vez mais o papel de um governo revolucionário provisório, o papel de órgãos e de guias dos levantamentos. Tentou-se criar Sovietes de deputados dos soldados e marinheiros e associa-los aos Sovietes de deputados operários.

Certas cidades da Rússia tornaram-se então minúsculas “repúblicas” locais onde a autoridade do governo era destruída e **onde os Sovietes de deputados operários funcionavam realmente como um novo poder de Estado**. Por infelicidade, estes períodos foram muito breves, as “vitórias” muito fracas e isoladas (grifo nosso) (LENIN, 1975, p.42-43).

O informe mencionado acima aborda vários outros elementos do aprendizado obtido com a experiência, e que serão fundamentais nas jornadas de 1917, porém, o que importa é destacar a qualificação do funcionamento dos Sovietes, em determinadas cidades, como “um novo poder de Estado”. Assim como Marx observara em relação à Comuna de Paris, Lênin o faz aqui, implicitamente nesta observação, ou seja, a constatação de que os operários russos haviam “descoberto” a sua futura forma de transição ao *Não-Estado*. Este entendimento sobre o caráter dos Sovietes, os quais seriam recriados em fevereiro (um mês após), foi básico para fundamentar as suas *Teses de Abril* que, conforme se viu no item 4.1, propunham a estes que tomassem o poder.

Dois anos depois da tomada do poder pelos Sovietes, Lênin, por determinação do Partido (agora com o nome de Comunista) efetua um informe ao I Congresso da Internacional Comunista, no caso, conhecida como a Terceira Internacional. O autor exalta o desenvolvimento dos processos revolucionários em escala mundial (européia), destacando que:

O povo tem consciência da grandeza e da importância da luta que hoje se trava. Era necessário apenas encontrar a forma prática que permitiria ao proletariado realizar o seu domínio. **Esta forma é o**

**sistema dos Sovietes com a ditadura do proletariado!** A ditadura do proletariado! Estas palavras, até aqui, eram verdadeiro latim para as massas. Graças à difusão do sistema dos Sovietes no mundo, este latim passou a ser traduzido em todas as línguas modernas; a forma prática da ditadura foi encontrada pelas massas operárias. Ela tornou-se compreensível para as grandes massas operárias graças ao poder dos Sovietes na Rússia, graças aos Spartakistas na Alemanha e às organizações análogas noutros países, como por exemplo, os *Shop Stewards Committes*. Tudo isto mostra que a forma revolucionara da ditadura do proletariado foi encontrada, que o proletariado é agora capaz de pôr em prática o seu domínio (grifo nosso) (LENIN, 1975, p.72).

Nessa passagem, nota-se a tentativa do autor, de comprovar, através dos fatos, quais sejam, o exercício do poder soviético na Rússia e a organização do proletariado em luta em diversos países da Europa. Especialmente na Alemanha, onde, ainda naquele momento, apesar de algumas derrotas – como o recente assassinato dos dois principais líderes spartakistas, Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht – se dava como certa a tomada do poder.

O alastramento da nova forma de organização proletária não ocorreu, assim como não se tomou o poder na Alemanha, onde a experiência foi esmagada, bem como foram assassinados os seus líderes, pela própria social-democracia oportunista, que, aliada à burguesia, naquele momento exercia o poder em nome desta.

Não se entenda com isto que a teoria do autor fora negada pela prática. O que se pode afirmar, desde logo, é que a sua análise de conjuntura não se confirmou, cuja explicação se deverá buscar através da análise de vários outros elementos, procurando entender porque a própria experiência russa fracassou - o que se verificou pelos fatos ocorridos recentemente na década de 1980. Mas este assunto deve ser objeto de outra investigação. No

momento, importa buscar os elementos teóricos sistematizados pelo autor enquanto viveu.

Deste modo, registre-se algumas passagens do mencionado informe, a respeito do desenvolvimento da experiência russa. Como o autor se expressava em março de 1919, apenas 18 meses após o início do exercício da nova forma de poder:

O que faz a natureza do poder dos Sovietes é que o poder de todo o Estado, todo o aparelho de Estado tem como fundamento único e permanente a organização massiva das classes que eram oprimidas pelo capitalismo, isto é, dos operários e semiproletários (camponeses que não exploram o trabalho de outrem e que vendem constantemente uma parte de sua mão-de-obra). As massas que, mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, ainda que iguais perante a lei, eram afastadas por milhares de processos e de subterfúgios da participação na vida política e do gozo dos direitos e das liberdades democráticas, estão agora associadas constantemente e necessariamente e, mais ainda, de uma maneira decisiva, à gestão democrática do Estado (LENIN, 1975, p.85-86).

A única novidade nesse excerto é a identificação de um segmento de classe aliada do proletariado: os camponeses que não exploram força de trabalho de outrem, além dos que também vendem parcialmente sua força de trabalho. Na Rússia de então, com a esmagadora maioria da população sendo camponesa, se fazia necessário identificar, dentro dessa maioria quantitativa, a parte que tende - não por vontade, mas por necessidade - seguir o proletariado. O autor já os qualifica de “semiproletários”, que por sinal, é um termo não utilizado por Marx e Engels.

Prosseguindo o informe, Lênin tece comentários sobre a incompreensão e tentativas de deturpar a função dos Sovietes, tanto na Rússia quanto no exterior. Destaca especialmente a crítica diretamente os agora

chamados de independentes na Alemanha, cujo teórico mais conhecido, Kautsky, escrevera em agosto de 1918, uma brochura intitulada *A ditadura do proletariado* que “era partidário da democracia e dos organismos Sovietes, mas que estes só deveriam ter um papel econômico e de modo algum deveriam ser considerados como organizações de Estado”.

A posição dos independentes alemães era a de que os Sovietes, reduzidos a um papel meramente econômico, se reunissem à Assembléia Constituinte, “incluindo-os” na organização do Estado. Do mesmo modo propuseram os Mencheviques na Rússia. O autor observa que:

Nesta ocasião, descobre-se uma vez mais que o curso geral da revolução proletária é o mesmo em todo o mundo. Primeiro formação espontânea dos Sovietes, em seguida a sua extensão e desenvolvimento, depois do que se coloca praticamente a questão: os Sovietes ou a Assembléia Constituinte, ou o Parlamento burguês; a mais completa confusão entre os chefes de fila e, finalmente, a revolução proletária (LENIN, 1975, p.91).

Como se nota, a luta prossegue mesmo depois da tomada do poder. O duplo poder ainda persiste de forma latente, uma vez que, como no caso da Rússia, o Governo burguês derrubado, era um Governo Provisório, que se comprometera com a convocação de uma Assembléia constituinte. Daí que a burguesia e seus aliados, dentro do movimento operário (Mencheviques e Socialistas-Revolucionários) continuaram se dirigindo às massas e propugnando pela manutenção da Assembléia Constituinte e a sua transformação no centro do poder. Ou seja, restaurar o poder burguês. Isto gerava muita confusão. Daí que, ao analisar a insuficiência do esclarecimento sobre os Sovietes na Alemanha, Lênin acrescenta que:

Também na Rússia aconteceu o mesmo: durante os primeiros oito meses da Revolução russa, a questão da organização dos Sovietes foi muito discutida; os operários não compreendiam bem em que consiste o novo sistema e se se pode formar com os Sovietes um aparelho de

estado. Na nossa revolução progredimos bastante pela ação prática e não pela via teórica. Por exemplo, não tínhamos colocado a questão da Assembléia constituinte. Só mais tarde, quando as organizações soviéticas se desenvolveram em todo o país e conquistaram o poder político, só então resolvemos dissolver a Assembléia Constituinte (LENIN, 1975, p.94).

O autor faz questão de repetir, à exaustão, o princípio de aprender com a prática. Porém, aprender com a prática, não significa abandono da teoria. Ao contrário, deve-se ter a teoria como o instrumental que propicia identificar, na prática, os elementos presentes hoje que podem e devem ser desenvolvidos para que se alcance o amanhã projetado. No caso acima, os bolcheviques não tiveram dúvidas de como resolver a questão do duplo poder de forma definitiva: “[...] resolvemos dissolver a Assembléia Constituinte”, assevera Lênin.

Mas, por que os Bolcheviques assumiram esta posição perante os Sovietes? Porque a questão teórica já estava resolvida para eles desde abril de 1917, ou seja, o proletariado deve tomar o poder através dos Sovietes e destruir a velha máquina estatal burguesa. Estava implícito que, a partir daquele momento, a Assembléia Constituinte não era mais uma reivindicação do movimento operário. Por isto, a sua dissolução seria apenas uma consequência prática.

Porém, nota-se que a implantação e o desenvolvimento do novo poder soviético não se deu inteiramente da forma preconizada na teoria e efetivada pela Comuna de Paris. Atente-se para o que Lênin escreveu em dezembro de 1922, no quarto congresso da Internacional Comunista, a propósito do aniversário de cinco anos da Revolução russa. Após informar sobre os problemas enfrentados e os avanços obtidos na área econômica, através da chamada Nova Política Econômica (NEP), o autor passa a falar diretamente do Estado soviético:

É certo que nós temos cometido e cometemos ainda disparates, em grande quantidade. Ninguém melhor colocado do que eu para o ver e o ajuizar. Por que cometemos estes disparates? É compreensível: primeiro, somos um país atrasado; segundo, a instrução, no nosso país, é mínima; terceiro, não somos ajudados; nenhum Estado civilizado nos ajuda. Pelo contrário, trabalham todos contra nós. Em quarto lugar, por culpa ainda do nosso aparelho de Estado. Herdamos o antigo aparelho de Estado, e essa é a nossa desgraça. O aparelho de Estado funciona muitas vezes contra nós. Eis como as coisas se têm passado. Em 1917, quando tomamos o poder, o aparelho de Estado sabotou-nos. Ficamos bastante aterrorizados nesse momento, e perguntamos: “voltem se quiserem!”. Eles voltaram, e foi a nossa desgraça. Temos agora enormes massas de empregados, mas não temos elementos suficientemente instruídos para dirigirem eficazmente este pessoal. Acontece muitas vezes aqui, no cume, onde temos concentrado o poder de Estado, o aparelho funciona assim-assim, enquanto lá em baixo, na base, são eles que comandam à sua vontade, e fazendo de tal maneira que, muitas vezes, atuam contra as nossas disposições. No cume temos, não sei bem quantos, mas de qualquer modo penso em alguns milhares apenas ou, quando muito algumas dezenas de milhares dos nossos. Ora, na base, há centenas de milhares de antigos funcionários, legados pelo czar e pela sociedade burguesa, e que trabalham em parte conscientemente, em parte inconscientemente, contra nós (LENIN, 1975, p.110).

O relato acima prestado pelo autor demonstra que houve um retrocesso na construção do novo Estado. Para justificar os “disparates” cometidos, os quais ele classifica de secundários no processo, Lênin invoca por um lado, questões objetivas da realidade russa e o isolamento em relação aos demais Estados do mundo civilizado, e por outro, a herança dos funcionários do antigo regime.

Curioso notar este último fato. Conforme se estudou, ao longo da obra de Marx e Engels, e do próprio Lênin, até aqui, a questão da destruição

da velha máquina estatal é elemento central da tese. E, pelo que estava claro, apesar de construir a nova sociedade com os velhos homens – o que se pressupõe, a continuidade dos velhos funcionários, estava também claro que novas relações seriam introduzidas, de modo a educa-los de forma nova.

Essas novas relações, é bom que se recorde a teoria - introduzidas tanto na economia (produção e distribuição) quanto na direção do Estado - seriam o motor desta nova sociedade. Especificamente sobre os funcionários, com base na experiência da Comuna, Marx e Engels demonstraram, e Lênin ratificou integralmente em *O Estado e a Revolução*, que a medida concreta seria a eletividade e a removibilidade ou demissibilidade dos mesmos.

Entretanto, o agora dirigente soviético russo silencia sobre isto, restringindo-se a lamentar essa “desgraça”. E, ademais, como perspectiva de superação do problema, mais uma saída contraditória com os princípios teóricos esboçados:

Não se pode remediar a isto num curto lapso de tempo, é certo. Devemos trabalhar durante longos anos para aperfeiçoar o aparelho, modifica-lo e nele fazer participar forças novas. Fazemo-lo a um ritmo muito rápido. Foram fundadas escolas soviéticas, faculdades operárias; centenas de jovens estudam. Estudam talvez demasiado depressa, mas, de qualquer modo, o trabalho começou e penso que dará bons resultados. Se não trabalharmos demasiado depressa, teremos dentro de alguns anos uma massa de jovens capazes de modificarem radicalmente o nosso aparelho (LENIN, 1975, p.110-111).

A contradição reside justamente em propor a educação escolar, que é um momento teórico, como a solução do problema. Ora, afirmou-se e reafirmou-se, ao longo das obras estudadas, que a consciência dos homens é determinada pelo seu ser social, ou seja, que somente através de mudanças na forma prática de vida, os homens poderão se transformar.

Há de se relevar, evidentemente, o momento e a forma em que o autor se expressou: um informe realizado perante um Congresso da Internacional, presentes delegados de organizações partidário-operárias do mundo inteiro. Afinal, não se trata de uma obra teórica, escrita com o rigor que a mesma requer. Todavia, a relativização tem limites, haja vista os demais escritos anteriores do autor, mesmo os de pura agitação política, como as *Teses de Abril*, não deixaram de abordar os princípios mais caros à teoria de Marx e Engels.

#### **4.4 Comunicação acerca da posição do proletariado frente à democracia pequeno-burguesa.**

Volta-se novamente a 1918, para observar um pronunciamento de Lênin em reunião dos funcionários do partido, realizada em Moscou, a 27 de novembro daquele ano. O autor desenvolve seu raciocínio acerca da luta de classes que se processa na nova sociedade, especialmente no campo, onde a política soviética foi a de expropriação dos camponeses ricos (os Kulaks) e a tentativa, ainda em andamento, de atrair os setores proletários do campo para se poder avançar na socialização das terras tomadas aos Kulaks. E acrescenta:

Quanto ao acordo com o camponês médio, com os elementos pequeno-burgueses e com os cooperadores, o caso é diferente. Esta tarefa sofrerá modificações se a colocarmos em relação às alianças que conservaram as tradições e os costumes pequeno-burgueses. Esta tarefa sofre também certas modificações posta em relação com a intelectualidade pequeno-burguesa. Esta hesita, mas é-nos igualmente necessária para a nossa revolução socialista. Sabemos que o socialismo só se pode construir com elementos da cultura capitalista

própria da grande indústria, e a intelectualidade é um desses elementos. Se tivemos de lutar implacavelmente contra ela foi porque nos obrigou a isso, não o comunismo, mas sim o curso dos acontecimentos, que afastou de nós todos os “democratas” e todos os apaixonados pela democracia burguesa. Agora surgiu a oportunidade de aproveitarmos para o socialismo essa intelectualidade, esses intelectuais que não são socialistas, que nunca serão comunistas, mas que hoje se vêem obrigados, devido ao desenrolar objetivo dos acontecimentos e à correlação de forças, a adotar uma atitude de neutralidade, de boa vizinhança para conosco. **Nunca nos apoiaremos nos intelectuais; apoiar-nos-emos exclusivamente na vanguarda do proletariado, que leva atrás de si todos os proletários e todos os camponeses pobres.** O partido comunista não pode ter outro apoio. Mas uma coisa é apoiar-se na classe que representa a ditadura e outra estar acima das restantes classes (grifo nosso) (LENIN, 197-, p.22-23).

O autor descreve e analisa, nesse excerto, a base de classe do novo poder soviético, além dos seus aliados, potenciais, com destaque para a intelectualidade, que ele qualifica como necessária, por ser portadora dos elementos técnicos desenvolvidos pelo capitalismo via grande indústria. Assim, depois de mencionar a afirmação de Marx acerca dos funcionários da Comuna, e o controle destes pelos operários, sabendo corrigir-lhes os erros ou substituí-los por outros, escreve o seguinte:

Nós construímos o poder com os elementos que nos deixou o capitalismo. Não o podemos fazer sem utilizar a herança da cultura capitalista como são os intelectuais. Agora estamos em condições de tratar a pequena burguesia como um bom vizinho que se encontra debaixo do controlo rigoroso do poder de Estado. A tarefa do proletariado consciente consiste, neste campo, em compreender que o domínio não significa que seja ele próprio quem deve realizar todas as tarefas. Quem pensar assim não possui a mais pequena noção do que significa edificar o socialismo, não aprendeu nada num ano de revolução e ditadura. O melhor que podem fazer semelhantes

senhores é irem para a escola aprenderem; mas aqueles que tenham aprendido alguma coisa nos últimos tempos dirão no seu íntimo: aproveitarei agora essa intelectualidade para a construção. Tenho para isso suficiente apoio do campesinato. E devemos recordar que só no decurso desta luta, numa série de acordos e experiências de acordos do proletariado com a democracia pequeno-burguesa, será possível erguer a construção que conduzirá ao socialismo (LENIN, 197-, p.25-26).

O trecho acima permite esclarecer um pouco melhor as afirmações que o autor faria quatro anos depois, analisadas no item anterior, acerca da “herança” que representou a “desgraça”.

Enquanto neste, em 1918, ele justifica o uso da intelectualidade, afirmando que o proletariado está preparado para controlá-la rigorosamente, naquele, em 1922, já mostrava que eles (os intelectuais) haviam escapado ao controle e representavam um dos elementos responsáveis pelos “disparates” cometidos pelo novo Estado. Embora, em 1922, Lênin se refira aos funcionários como um todo, é o que se pode depreender da combinação destas duas assertivas, sem, contudo, invalidar as contradições apontadas.

Verifica-se, portanto, que o novo Estado, em 1922, já dava sinais de desvios, que o autor, embora reconhecendo os erros, considera secundárias as suas conseqüências.

#### **4.5 Economia e política na época da Ditadura do Proletariado**

Em artigo publicado no *Pravda* (jornal oficial do partido comunista russo) a 07 de novembro de 1919, portanto em decorrência da passagem do segundo aniversário da revolução soviética, o autor faz um balanço das realizações até então efetivadas, que ele descreve assim:

Falamos dos “primeiros passos” do comunismo na Rússia (como diz também o programa do nosso partido aprovado em Março de 1919) porque só em parte realizamos estas condições, ou por outras palavras: a realização destas condições encontra-se apenas na sua fase inicial. De uma vez, com um só golpe revolucionário, fez-se tudo quanto se pode em geral fazer de uma assentada: por exemplo, logo no primeiro dia da ditadura do proletariado, 26 de outubro de 1917 (8 de novembro de 1917), foi abolida a propriedade privada da terra e foram expropriados sem indenização os grandes proprietários da terra. Em poucos meses foram expropriados, também sem indenização, quase todos os grandes capitalistas, os donos das fábricas, sociedades anônimas, bancos, caminhos de ferro, etc. A organização da grande produção industrial pelo estado, a passagem do “controle operário” à “administração operária” das fábricas e dos caminhos de ferro, está já realizada nos seus aspectos mais importantes e fundamentais; mas com respeito à agricultura isto apenas começou (as “granjas soviéticas”, grandes explorações organizadas pelo Estado operário nas terras do Estado). Igualmente mal começou a organização das diversas formas de cooperação dos pequenos agricultores, como passagem da pequena produção agrícola mercantil para a agricultura comunista. O mesmo se pode dizer da organização estatal da distribuição dos produtos em substituição do comércio particular, quer dizer, do que se refere à recolha e ao envio de cereais para as cidades e dos produtos industriais para o campo pelo Estado [...].

A economia camponesa continua a ser uma pequena produção mercantil. Há aqui, para o capitalismo, uma base extraordinariamente ampla e dotada de raízes muito profundas e sólidas. Nesta base, o capitalismo mantém-se e revive, lutando encarniçadamente contra o comunismo. As formas desta luta são: a venda clandestina e a especulação contra as recolhas estatais de cereais (assim como doutros produtos) e em geral contra a distribuição estatal desses mesmos produtos (LENIN, 197-, p.32-33).

Como se nota, uma vez entendido que o socialismo é “a supressão das classes”, o autor destaca que a maior dificuldade da construção do socialismo na Rússia, esta no fato de que o país é predominantemente agrícola, camponês. Daí que a conclusão derivada desse balanço é a de que a principal tarefa do novo Estado – haja vista a supressão já efetivada dos grandes capitalistas industriais e latifundiários – seria, sem dúvidas, a de suprimir as diferenças entre os operários e os camponeses, o que significa transformar (*converter* é o termo usado pelo autor) estes em *trabalhadores*. Porém, conforme reconhece o autor:

Esta é uma tarefa incomparavelmente mais difícil e, por força da necessidade, de longa duração. Não é uma tarefa que se possa resolver com a aniquilação de uma classe qualquer. Só se pode resolver mediante a reorganização de toda a economia social, passando da pequena produção mercantil, individual e isolada, para a grande produção coletiva. Esta transição é, por necessidade, extraordinariamente demorada e as medidas administrativas e legislativas precipitadas e imprudentes só conduziram a torna-la mais lenta e difícil. Apenas é possível acelera-la prestando aos camponeses um auxílio que lhes permita melhorar em enorme medida toda a técnica agrícola, transformando-a de raiz.

Para resolver esta segunda parte da tarefa, a mais difícil, o proletariado, depois de vencer a burguesia, deve aplicar integralmente a seguinte linha fundamental de sua política em relação aos camponeses: diferenciar, os camponeses trabalhadores dos camponeses proprietários, o camponês trabalhador do camponês mercador, o camponês laborioso do camponês especulador.

Nesta delimitação reside toda a essência do socialismo (LENIN, 197-, p.37-38).

Ou seja, o autor está ratificando os princípios da teoria, no caso, um dos pressupostos básicos da evolução rumo a nova sociedade, sem Estado. Neste período de transição, da *ditadura do proletariado*, a luta de classes continua de forma qualitativamente nova. A base material de sustentação

econômica da grande burguesia é arrebatada, de um só golpe, passando a grande produção – em face da sua característica socializada e cooperativa – a se constituir em elemento de construção das novas formas de propriedade, agora coletiva, e destruição da ideologia da propriedade privada.

Quanto à pequena produção e à classe que ela gesta, a pequena-burguesia, base fundamental de reprodução da velha ideologia, o autor faz questão de destacar que não se pode suprimi-las da mesma maneira. Requer um processo de identificação dos elementos mais avançados dentro dela e o incentivo ao desenvolvimento destes, isolando e aniquilando as condições de reprodução dos elementos típicos da velha ordem. O que significa propiciar ao camponês laborioso, o acesso às técnicas de produção e oferecer-lhe o exemplo das vantagens da grande produção associada e organizar a distribuição da produção de modo que coíba, naturalmente, a ação do camponês especulador.

Mais adiante, o autor lembra que a própria grande burguesia ainda não desapareceu. Afinal:

A classe dos exploradores, dos latifundiários e dos capitalistas não desapareceu nem pode desaparecer de repente debaixo da ditadura do proletariado. Os exploradores estão derrotados, mas não aniquilados. Resta-lhes uma base internacional, o capital internacional, do qual são uma ramificação. Restam-lhes alguns meios de produção, dinheiro, vastíssimos vínculos sociais. O seu poder de resistência aumentou, precisamente devido à derrota, centenas ou milhares de vezes. A sua “arte” no governo do Estado, no comando do exercito, na direção da economia, proporcionaram-lhes uma superioridade muito grande e” portanto, uma importância incomparavelmente maior do que lhes corresponde pelo seu numero no conjunto da população. A luta de classes dos exploradores derrotados contra a vanguarda vitoriosa dos explorados, isto é, contra o proletariado, tornou-se incomparavelmente mais encarniçada. E isto não pode ser de outra

forma falando-se da revolução, se não se substituir este conceito (como fazem todos os heróis da II Internacional) por ilusões reformistas (LENIN, 197-, p.41-42).

Mais uma vez o autor, de forma sarcástica, chamando-os de heróis, direciona sua crítica aos dirigentes da velha internacional que, como se viu, desde 1912, sob a liderança de Kautsky, passara para o lado da burguesia, ao assumirem suas ilusões com as possibilidades de atingir o socialismo através de reformas no Estado burguês. Lênin, que já demonstrara antes que a ruptura violenta é necessária e inevitável, demonstra agora que a luta prossegue contra as tentativas de restauração direta e a reprodução de sua base, incessantemente, o que reclama a necessidade da ditadura do proletariado e coloca por terra a “ilusão com a democracia pura”.

#### **4.6 Todos à luta contra Deníkine**

O presente artigo de Lênin foi escrito em julho de 1919. Trata-se de uma carta dirigida ao Comitê Central do seu Partido, em que elabora as propostas de ação para derrotar mais uma iniciativa de restauração da velha ordem, agora perpetrada por um exército de mercenários liderados pelo General Deníkine e financiada pelos capitalistas ingleses e franceses, estando em marcha a invasão da Rússia por este contingente.

Lênin demonstra como se deve trabalhar a questão do exército para a resistência, de forma em geral e nessa frente em particular; de que apoios materiais necessitam os combatentes na frente de luta; como explicar ao povo sobre o significado do exército de Deníkine; como tratar os desertores; e, finalmente, o que interessa para o presente estudo, a questão dos “especialistas militares”.

Nota-se aqui a preocupação do autor com o resgate de mais este elemento da velha ordem, assim como em relação à intelectualidade – assunto abordado em item anterior – porém, não se pode prescindir deles no momento. Desta forma, escreveu Lênin:

É igualmente indubitável que os especialistas militares darão nos próximos tempos uma elevada percentagem de traidores, do mesmo modo que os Kulaks, os intelectuais burgueses, os Mencheviques e os socialistas-revolucionários.

Mas seria um erro irreparável e uma imperdoável falta de caráter colocar, por esse motivo, a questão de modificar as bases da nossa política militar. Atraiçoa-nos e atraiçoa-nos-ão centenas e centenas de especialistas militares, que descobriremos e fuzilaremos, mas trabalham sistematicamente conosco desde e desde já há muito tempo milhares e dezenas de milhares de especialistas militares, sem os quais não se poderia ter formado o exercito vermelho, que nasceu da anarquia de maldita memória e soube obter vitórias no Leste (LENIN, 1980, p.170-171).

E acrescenta ainda mais, por fim:

O programa do nosso partido, tanto quanto à questão geral dos especialistas burgueses como quanto à questão particular de uma de suas variedades, os especialistas militares, determinou com absoluta precisão a política do partido comunista. O nosso partido luta e “lutará implacavelmente contra a presunção pseudo-radical, mas de fato ignorante, de que os trabalhadores estão em condições de vencer o capitalismo e o regime burguês sem aprender dos especialistas burgueses, sem os utilizar e sem passar por *uma longa escola* de trabalho ao lado deles”.

É claro que, paralelamente, o partido não fará “nem a mínima concessão política a essa camada burguesa”, o partido reprime e “reprimirá implacavelmente todos os seus propósitos contra-revolucionários”. É natural que quando semelhantes “propósitos” se descobrem ou se desenham com maior ou menor grau de

probabilidade, sua “repressão implacável” exige outras qualidades que não a lentidão e a prudência de espírito do estudante, qualidades que exigem uma “longa escola” e que esta cultiva nos homens [...] (LENIN, 1980, p.170).

Apesar de bastante clara a citação, destaca-se a constatação de que os desafios de por em prática a proposta teórica construída pelos três autores ora estudados, vai muito além da experiência da Comuna de Paris. Principalmente quando aplicada na Rússia de 1917, onde não estavam presentes dois pressupostos básicos da mesma. Primeiro, o pleno desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas e das equivalentes forças produtivas que estas desenvolvem, base material, local, da transformação do socialismo em comunismo, ou seja, do Estado da ditadura do proletariado em *Não-Estado*. Segundo, esta transformação sendo realizada em escala internacional.

Percebe-se, por fim, que, apesar de morte prematura, mesmo assim, Lênin presenciou o surgimento de germes da futura restauração da velha ordem, cuja ocorrência se consolidou apenas no final do século XX, mas, pode-se inferir que a sua base (da restauração capitalista na União Soviética), tem raízes naquela época.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como se nota, a teoria do Não-estado se constitui numa teoria revolucionária, extremamente marginal, esquecida e ignorada na atualidade. Não obstante, as contradições que gestaram e que são gestadas pela sociedade de classes, continuam a se desenvolver e se aprofundarem, reclamando solução.

Portanto, as condições identificadas pela teoria, como ensejadoras da revolução proletária, assim como as condições possibilitadoras da sociedade sem classes, e sem Estado, a sociedade comunista, também continuam ainda cada vez mais presentes.

A concentração de riquezas nas mãos de uma pequena minoria de privilegiados, seja de um pequeno grupo de pessoas dentro de cada país, seja de um pequeno grupo de países em relação às demais nações do globo terrestre – chegou a níveis jamais imaginados por Marx e Engels. Isto, paralelamente a uma miséria experimentada pelo proletariado e demais setores despossuídos da sociedade em geral, do mundo inteiro, também em níveis jamais observados. Está aí a condição esboçada pela teoria, para que haja uma revolução.

Por outro lado, as forças produtivas se desenvolveram intensamente, demonstrando que a produção de víveres para satisfazer a necessidade de toda a população do globo é uma possibilidade concreta e que depende somente de decisão política, o que o sistema capitalista não faz, em face das suas leis econômicas, reclamando assim a superação dessa forma histórica de organização social. Está aqui a outra condição que, segundo a teoria, possibilita o sucesso da revolução, ou seja, o seu salto evolutivo para a sociedade sem classes, e, sem Estado.

Há de se perguntar então, porque os doutrinadores da atualidade fazem questão de esquecer e ignorar esses dois fatos concretos que saltam aos olhos. Preferem dizer, geralmente sem nunca ter lido uma obra do autor, que a sua teoria está ultrapassada, e fazer coro com as análises, provavelmente precipitadas, dos ideólogos do sistema atual, de que a teoria de Marx foi enterrada pelo fracasso das “experiências do Leste”.

Esta realidade não se restringe aos muros da Universidade. O próprio movimento operário continua sofrendo mesmo mal, resguardadas as devidas proporções e especificidade. O caminho percorrido pelo partido operário alemão parece estar sendo repetido pelo movimento operário brasileiro, cujas principais lideranças se burocratizaram nas máquinas sindicais e no parlamento, e, o mais simbólico, o principal líder operário das últimas décadas, teima em ser presidente da república semeando ilusões no meio da classe acerca das possibilidades de reformas sociais através da ocupação do Estado burguês.

O principal líder operário brasileiro, sempre fez questão de exaltar a sua ignorância teórica. Por isto, pode-se presumir que ele é um dos milhares de proletários deste país que, assim como os acadêmicos, nunca sequer leram esta teoria na sua fonte. Talvez por isto ele se sinta tão à vontade para pregar as ilusões que ora tem semeado junto à sociedade nacional.

Não se pode desconhecer o abalo causado pelos fatos ocorridos no Leste europeu. Porém, aquelas experiências, assim como todas as outras, terão que se constituir o material privilegiado da pesquisa acerca dessa teoria, no sentido de investigar a fundo o porquê do fracasso verificado, se foi da teoria ou apenas das experiências.

De pronto, uma coisa pode-se adiantar: o capitalismo continua a expressar a sua natureza de sistema de exploração da maioria, pela minoria de privilegiados, sob as bênçãos e a garantia do Estado, enquanto aqueles que vivem exclusivamente do seu suor, ou seja, submetendo-se à exploração capitalista, vêm piorar a cada dia as condições de sua sobrevivência e reclamam a solução. Considerando a impossibilidade intrínseca de o atual sistema social resolver a contradição, demonstrada pelo crescente aumento das mesmas, pode-se deduzir que as lutas operárias, tão abafadas na presente conjuntura, tendem a reaparecerem no cenário e com elas, esta

teoria terá necessariamente a sua importância. Só por isto o presente trabalho já teria justificada a sua realização.

Por fim, recomenda-se à Universidade Federal do Maranhão, em particular ao Curso de Direito, a inclusão de obras e dos temas tratados pelos autores, especialmente sobre o Estado, nas ementas curriculares, bem como aquisição de obras para a biblioteca, sob pena de a Universidade continuar a ser um mero centro de reprodução de ideologias, como caracteriza o eminente e saudoso professor Roberto Lyra em seu livro *O que é Direito?*

## 6 REFERÊNCIAS

COLZANI, Valdir Francisco. **Guia para redação do trabalho científico**. Curitiba: Juruá, 2001. 233p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 7<sup>a</sup>. ed. Saraiva, São Paulo, 1981. 268p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado**. 12<sup>a</sup>. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1991. 215 p.

\_\_\_\_\_. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. In Obras Escolhidas vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [entre 1978 e 1986]. p.281-336.

FILHO, Roberto Lyra. **O que é direito**. Coleção primeiros passos vol. 17. ed. São Paulo, Brasiliense, 1999. 93p.

GRUPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, e Gramsci**. Trad. Dario Canali. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. 93 p.

LENIN, Vladimir Ilich. **As Lições da Revolução**. Biblioteca de Ciências Humanas vol. 44. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lucio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1975. 133p.

\_\_\_\_\_. **Comunicação acerca da posição do proletariado perante a democracia pequeno-burguesa**. In Cadernos operário vermelho

vol. 4. Trad. Adelino dos Santos Rodrigues, Lisboa: Editorial Minerva, 197-.p.3-27.

\_\_\_\_\_. **Economia e política na época da ditadura do proletariado.** In Cadernos operário vermelho vol. 4. Trad. Adelino dos Santos Rodrigues, Lisboa: Editorial Minerva, 197-.p.29-44.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução.** In coleção bases vol. 51. Trad. Javert Monteiro. São Paulo: Global editora, 1987. 189 p.

\_\_\_\_\_. **Teses de abril.** In clássicos das ciências sociais vol. 1. Trad. J. A. Cardoso, São Paulo: Editora Acadêmica, 1987. 54p.

\_\_\_\_\_. **Todos à luta contra Deníkine.** In Obras Escolhidas vol. 3. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1980. p.161-175.

MAKHNO, Nestor. **ANARQUIA & ORGANIZAÇÃO:** Plataforma de Organização e outros escritos. Trad. Danielle Sales. São Paulo: LUTA LIBERTÁRIA: Coletivo Editorial Anarquista, 200-. 95p.

MARX, Karl. **A Guerra civil na França.** In Obras Escolhidas vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [entre 1978 e 1986]. p. 41-103.

\_\_\_\_\_. **Carta a Weydemeyer.** In Obras Escolhidas vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [entre 1978 e 1986]. p.253-254.

\_\_\_\_\_. **Crítica ao Programa de Gotha.** In Obras Escolhidas vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [entre 1978 e 1986]. p.203-234.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** In Biblioteca de Ciências Humanas vol. 13. Lisboa: Editorial Presença, São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983. 195p.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Economicos Filosóficos.** In Coleção a obra-prima de cada autor vol. 68. Trad. Alex Marins, São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. 198p.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach).** 9ª ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 138p.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista.** In Clássicos do pensamento político vol. 24. 7ª ed. Org. Marco Aurélio Nogueira. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder, Petrópolis: Vozes, 1997. 152p.